
***FMU - Faculdades
Metropolitanas Unidas
Educaçionais Ltda.***

***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Quotistas
FMU - Faculdades Metropolitanas
Unidas Educacionais Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da FMU - Faculdades Metropolitanas Unidas Educacionais Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FMU - Faculdades Metropolitanas Unidas Educacionais Ltda. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



FMU - Faculdades Metropolitanas
Unidas Educacionais Ltda.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.

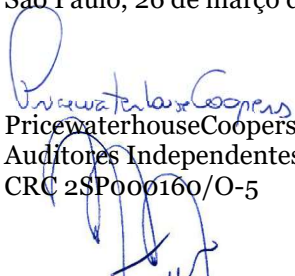


FMU - Faculdades Metropolitanas
Unidas Educacionais Ltda.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de março de 2021


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Sérgio Eduardo Zamora
Contador CRC 1SP168728/O-4

FMU – Faculdades Metropolitanas Unidas Educacionais Ltda.

Balço patrimonial Em 31 de dezembro Em milhares de reais

Ativo	2020	2019 (Reapresentado nota 2.2)	Passivo e patrimônio líquido	2020	2019 (Reapresentado nota 2.2)
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	14.215	11.562	Empréstimos e financiamentos (Nota 17.1)	21.854	45.017
Caixa restrito	1.115	1.411	Fornecedores	25.245	21.579
Mensalidades a receber (Nota 8)	54.808	63.890	Salários e encargos sociais (Nota 19)	19.690	13.906
Despesas antecipadas (Nota 9)	1.568	2.051	Tributos a recolher (Nota 10)	1.316	1.726
Tributos a recuperar (Nota 10)	26.040	4.981	Recebimentos antecipados (Nota 20)	10.606	10.823
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	1.639	1.592	Partes relacionadas (Nota 14.2)	26.576	44.399
Adiantamentos (Nota 11)	1.336	359	Parcelamentos fiscais (Nota 21.1)	9.906	10.601
Partes relacionadas (Nota 14.2)	331	459	Arrendamentos (Nota 18.1)	30.680	23.514
Reembolso a receber de antigos proprietários (Nota 22.6)	34.019	28.276	Outras contas a pagar	5.401	503
Outros ativos (Nota 12)	805	1.050		151.274	172.068
	135.876	115.631			
Não circulante			Não circulante		
Realizável a longo prazo			Empréstimos e financiamentos (Nota 17)	-	21.595
Partes relacionadas (Nota 14.2)	-	1.019	Provisão para contingências (Nota 22.1)	174.629	151.745
Depósitos judiciais (Nota 13)	1.974	1.154	Partes relacionadas (Nota 14.2)	21.735	526
Tributos a recuperar (Nota 10)	8.127	25.194	Parcelamentos fiscais (Nota 21.1)	30.619	36.354
Despesas antecipadas (Nota 9)	-	1.014	Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 23.2)	164.500	116.436
Ativos de indenização (Nota 22.4)	177.123	156.069	Arrendamentos (Nota 18.1)	169.900	174.448
Reembolso a receber de antigos proprietários (Nota 22.6)	74.529	79.864		561.383	501.104
Ativo de contrato	1.687	1.268			
	263.440	265.582	Total do passivo	712.657	673.172
Imobilizado (Nota 15.1)	236.716	331.263	Patrimônio líquido		
Intangível (Nota 16.1)	899.148	1.030.015	Capital social (Nota 24)	1.468.835	1.468.835
	1.399.304	1.626.860	Adiantamentos para futuro aumento de capital (Nota 24.3)	64.635	31.204
			Prejuízos acumulados	(710.947)	(430.720)
Total do ativo	1.535.180	1.742.491	Total do patrimônio líquido	822.523	1.069.319
			Total do passivo e patrimônio líquido	1.535.180	1.742.491

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

FMU – Faculdades Metropolitanas Unidas Educacionais Ltda.**Demonstração do resultado e do resultado abrangente****Exercícios findos em 31 de dezembro**

Em milhares de reais

	<u>2020</u>	<u>2019</u> (Reapresentado Nota 2.2)
Receita líquida dos serviços prestados (Nota 25)	369.754	443.710
Custo dos serviços prestados (Nota 26)	(141.903)	(176.695)
Lucro bruto	227.851	267.015
Despesas operacionais		
Despesas administrativas e com vendas (Nota 26)	(190.133)	(236.650)
Perda por redução ao valor recuperável (impairment) (Nota 15 e 16)	(205.433)	-
Outras (despesas), líquidas (Nota 26)	(7.816)	(1.310)
	(403.382)	(237.960)
(Prejuízo)/Lucro operacional antes do resultado financeiro	(175.531)	29.055
Resultado financeiro		
Despesas financeiras (Nota 27)	(64.636)	(49.548)
Receitas financeiras (Nota 27)	8.004	1.908
	(56.632)	(47.640)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(232.163)	(18.585)
Imposto de Renda e Contribuição Social		
Corrente (Nota 23.1)	-	536
Diferido (Nota 23.1)	(48.064)	5.389
	(48.064)	5.925
Prejuízo do exercício	(280.227)	(12.660)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	(280.227)	(12.660)

FMU – Faculdades Metropolitanas Unidas Educacionais Ltda.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	<u>Capital social</u>	<u>Adiantamentos para futuro aumento de capital</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Em 1º de janeiro de 2019 – originalmente emitido	1.468.835	-	(413.340)	1.055.495
Ajustes exercícios anteriores – adoção inicial IFRS 16/ CPC06 (R2) (Nota 2.2)	-	-	(4.720)	(4.720)
Saldo de abertura ajustado em 1º de janeiro de 2019	1.468.835	-	(418.060)	1.050.775
Adiantamentos para futuro aumento de capital	-	31.204	-	31.204
Prejuízo do exercício	-	-	(12.660)	(12.660)
Em 31 de dezembro de 2019	1.468.835	31.204	(430.720)	1.069.319
Adiantamentos para futuro aumento de capital	-	33.431	-	33.431
Prejuízo do exercício	-	-	(280.227)	(280.227)
Em 31 de dezembro de 2020	1.468.835	64.635	(710.947)	822.523

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

FMU – Faculdades Metropolitanas Unidas Educacionais Ltda.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

Fluxos de caixa das atividades operacionais	2020	2019
		(Reapresentado Nota 2.2)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(232.163)	(18.585)
Ajustes		
Depreciação, amortização e amortização direito de uso (Nota 26)	59.670	65.161
Provisão/reversão de contingências (Nota 26)	924	(10.690)
Provisão/reversão de ativos de indenização	(21.054)	10.333
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (Nota 8.3)	21.983	23.062
Ganhos e perdas com ativo imobilizado e intangível (Notas 15 e 16)	1.506	889
Baixas de direito de uso	(518)	-
Perda por redução do valor recuperável (impairment) (Notas 26)	205.433	-
Atualização monetária de Direito de uso e arrendamentos	366	-
Apropriação de custos de empréstimos e financiamentos (Nota 17.2)	1.726	1.727
Juros empréstimos, arrendamentos, parcelamentos de impostos e partes relacionadas (Nota 27)	31.861	39.865
Atualização monetária das contingências	23.966	4.006
Amortização de ativo de contrato	1.058	583
Provisão de rescisões	-	99
Outros ajustes	409	-
	95.167	116.450
Variações nos ativos e passivos		
Caixa restrito	296	(864)
Mensalidades a receber	(12.901)	(30.878)
Despesas antecipadas	1.497	(2.498)
Adiantamentos	(977)	3.276
Partes relacionadas	2.254	16.814
Depósitos judiciais	(1.608)	177
Reembolso a receber de antigos proprietários	(408)	(7.948)
Fornecedores	3.666	3.999
Salários e encargos sociais	5.784	(8.682)
Tributos a recuperar	(4.449)	(1.063)
Parcelamentos fiscais	(10.552)	(10.988)
Recebimentos antecipados	(217)	(3.040)
Contingências	(5.242)	(5.315)
Ativo de contrato	(1.477)	(1.068)
Outros ativos e passivos	5.502	(640)
	(18.832)	(48.718)
Caixa proveniente das atividades operacionais	76.335	67.732
Juros pagos	(27.411)	(38.067)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	48.924	29.665
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições do ativo imobilizado (Nota 15)	(10.566)	(18.000)
Aquisições do ativo intangível (Nota 16)	(4.677)	(8.783)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(15.243)	(26.783)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Adiantamentos para futuro aumento de capital	33.431	31.204
Amortização de empréstimos (Nota 17.2)	(53.552)	(73.555)
Amortização de arrendamentos (Nota 18.2)	(19.926)	(23.573)
Captação de empréstimos e financiamentos	8.000	31.000
Captação de mútuos com partes relacionadas	1.019	105.231
Pagamento de mútuo para partes relacionadas	-	(78.565)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(31.028)	(8.258)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	2.653	(5.376)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	11.562	16.938
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	14.215	11.562

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

FMU – Faculdades Metropolitanas Unidas Educacionais Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Faculdades Metropolitanas Unidas Educacionais Ltda. (“FMU” ou “Empresa”) é uma sociedade limitada com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e tem por finalidade: (i) a criação e manutenção de estabelecimentos educacionais de ensino em todos os níveis e graus, incluindo cursos de graduação, pós-graduação, mestrados, doutorados, extensão universitária, especializações, programas educacionais à distância, realização de seminários, palestras e eventos culturais; (ii) o desenvolvimento de estudos e pesquisas; (iii) a prestação de serviços consultivos à empresas afiliadas ou controladas; a locação e/ou sublocação de espaços físicos de seus campi;

Suas operações são realizadas no contexto das operações da Rede Internacional de Universidades Laureate Ltda. (“REDE”) e suas controladas (o “Grupo Laureate” ou “Grupo”), controladora direta da FMU.

O controlador final do Grupo Laureate é a Laureate Education, Inc. (“LEI”), domiciliada em Delaware, Estados Unidos.

Em 31 de dezembro de 2020, o capital circulante líquido da Empresa é negativo em R\$ 15.398. Esta situação, no entanto, está eminentemente provocada pelos seguintes fatores:

- Adoção do IFRS 16 / CPC 6 (R2), no exercício de 2019, que resultou no reconhecimento de um passivo de arrendamento de curto prazo que, em 31 de dezembro de 2020, montava em R\$ 30.680.
- Saldos a pagar a partes relacionadas no total de R\$48.311, principalmente junto à sua controladora e outras subsidiárias integrais da referida controladora, conforme divulgado na nota 14.2.
- Empréstimos e financiamentos de curto prazo no montante de R\$ 21.854, liquidado integralmente em 01 de fevereiro de 2021.
- Sem o impacto da adoção da norma mencionada no parágrafo acima e os passivos relacionados, incluindo o passivo com empresas do mesmo grupo econômico, que fazem parte da estratégia de gestão de caixa do grupo Laureate Brasil, o capital circulante líquido da Empresa é positivo em R\$63.712.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Empresa em 26 de março de 2021.

1.1 Principais eventos ocorridos durante 2020 e 2019

1.1.1 Pandemia COVID-19

Em 11 de março de 2020 a Organização Mundial da Saúde declarou o surto da pandemia COVID-19, neste sentido, o Grupo esclarece que criou um comitê executivo estratégico para enfrentar os desafios desta pandemia, que monitora de perto o surto e assegura que o Grupo cumpra as orientações do Ministério da Saúde e do Ministério da Educação.

As autoridades brasileiras decretaram interrupções temporárias obrigatórias das atividades educacionais em todo o país. Consequentemente, o Grupo interrompeu todas as atividades presenciais e, a partir de 17 de março de 2020, transferiu temporariamente as atividades não práticas de todos os alunos para sua plataforma on-line, reorganizando o cronograma de atividades práticas para quando as atividades presenciais forem retomadas. Com isso, o Grupo mitigou impactos significativo no calendário acadêmico do primeiro e do início do segundo semestres de 2020. Por fim, o Grupo concluiu com êxito a maior parte do ciclo de novas matrículas no primeiro e segundo semestres de 2020 e seus serviços de educação puderam substancialmente permanecer dentro do cronograma.

FMU – Faculdades Metropolitanas Unidas Educacionais Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Empresa realizou uma análise dos riscos e incertezas relacionados ao COVID-19. Nesse contexto, até 31 de dezembro de 2020 os seguintes eventos ocorreram no exercício e os ajustes decorrentes desses eventos, quando aplicável, foram feitos nessas demonstrações financeiras decorrente do COVID-19:

a) Diferimento de receita relacionada às aulas práticas do 1º semestre de 2020

Em decorrência da prolongada duração das medidas de isolamento social impostas pelas autoridades em razão da pandemia, parte das aulas práticas referentes ao 1º semestre de 2020 não puderam ser concluídas até 30 de setembro de 2020 e, portanto, com base na representatividade da horas de aulas práticas reagendadas para o 4º trimestre em relação ao total de horas atribuíveis ao primeiro semestre letivo de 2020 foi diferido o montante de R\$ 6.646 da sua receita para reconhecimento no 4º trimestre de 2020, quando da execução das aulas práticas. Em 31 de dezembro de 2020 toda a receita diferida foi reconhecida no resultado do exercício em função da conclusão da totalidade das aulas práticas.

b) Renegociação de determinados contratos de arrendamento, que resultaram na redução do valor de aluguéis à pagar e consequente impacto positivo no resultado do período (Nota 18.3).

c) Adoção da Medida Provisória 936, de 1º de abril de 2020, que entre outras providências, instituiu o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e dispôs sobre medidas trabalhistas complementares para o enfrentamento do estado de pandemia. Em adição, a referida MP trouxe a possibilidade de postergação de obrigações fiscais e previdenciárias. A maior parte dos funcionários da Empresa aderiram ao referido Programa, que se estendeu até novembro de 2020.

d) Baixa por *impairment* do direito de uso relacionado a arrendamento de imóveis da FMU, considerando que a Administração da Empresa optou por descontinuar a operação desses imóveis enquanto negocia os termos da rescisão antecipada do referido contrato de arrendamento. Uma vez que os termos dessa rescisão antecipada ainda estão sendo contestados pelos locadores os passivos de arrendamento seguem registrados no balanço, enquanto o montante de R\$ 65.005, referente aos respectivos direitos de uso e benfeitorias, foram considerados não recuperáveis e registrados na rubrica de Perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) na demonstração do resultado e do resultado abrangente do exercício (Nota 15).

e) Baixa por *impairment* no montante de R\$ 115.552 no ágio registrado da FMU, conforme divulgado na nota 16, registrado na rubrica Perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) na demonstração do resultado e do resultado abrangente do exercício.

Considerando que na data de emissão dessas demonstrações financeiras a pandemia do COVID-19 ainda se faz presente, a Administração entende que não é possível mensurar ou antecipar outros possíveis impactos econômicos e financeiros futuros. Não obstante, a Empresa segue monitorando de forma diligente toda e qualquer informação a respeito do tema e tem executado seu plano de resposta à pandemia com resultados considerados positivos até o momento.

1.1.2 Reestruturação

Em consonância com alterações no modelo acadêmico, que resultou na reorganização de pessoal cujo objetivo visa a melhoria da eficiência operacional, a Empresa aprovou um plano de reestruturação que visa, principalmente, a otimização do seu quadro funcional. A reestruturação ocorreu nos exercícios de 2019 e 2018 com despesas de R\$18.729 e R\$11.730, respectivamente, alocados na rubrica “Salários e encargos” no resultado do exercício. Do montante provisionado pela Empresa no exercício de 2019, R\$ 99 foram desembolsados durante o exercício de 2020 e o restante dentro do exercício de 2019. Adicionalmente, em 2020, à luz da pandemia a Empresa decidiu (i) estender o plano de reestruturação do quadro funcional, incorrendo em R\$ 7.245 de despesas de rescisão de natureza indenizatória durante o exercício, e (ii) iniciar um plano de

FMU – Faculdades Metropolitanas Unidas Educacionais Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

reestruturação da matriz imobiliária, com o objetivo maximizar a eficiência na utilização dos seus *campi*, que resultou na rescisão antecipada de uma série de contratos de arrendamento e no reconhecimento de despesas no total de R\$7.769, referentes principalmente a multas contratuais e perdas no desreconhecimento de arrendamentos, incluídos na rubrica custos e despesas por natureza (Nota 26), e perdas por impairment de direitos de uso e benfeitorias no valor de R\$65.005 (Nota 1.1.1.d).

1.1.3 Transaction Agreement para aquisição das operações do Grupo Laureate

Em janeiro de 2020, a Laureate Education Inc. divulgou ao mercado que estaria buscando alternativas para suas operações no Brasil que poderiam incluir a venda do Grupo Laureate, incluindo a Empresa, para terceiros. Em outubro de 2020, após negociações com terceiros interessados, o Grupo Laureate recebeu uma proposta da Ânima Holding S.A (“Ânima”) que, em 12 de outubro de 2020, a Diretoria da LEI determinou como superior às demais.

Em 2 de novembro de 2020, a LEI anunciou que havia entrado em acordo definitivo com a Ânima para venda das operações brasileiras. O valor da transação de R\$ 4.600.000 considerou também pagamentos futuros contingentes a eventos pré-estabelecidos e outros ajustes futuros do preço.

No mesmo dia 2 de novembro de 2020, a Ânima divulgou, através de fato relevante direcionado aos seus acionistas e interessados, os detalhes estruturais e financeiros da transação de aquisição do Grupo Laureate, bem como os detalhes da operação de venda de 100% da FMU ao fundo Farallon Capital Management L.L.C. (“Farallon”) concomitantemente e simultaneamente à compra dos ativos do Grupo Laureate Brasil pela Ânima.

A transação com a Ânima, e conseqüentemente a venda subsequente da FMU ao Farallon, está sujeita a certas condições de fechamento, incluindo o recebimento de aprovações regulatórias e aprovações dos acionistas da Ânima. Até a data de emissão dessas demonstrações financeiras algumas dessas condições ainda não haviam sido integralmente atendidas.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico (exceto quando a rubrica exigiu um critério diferente) e ajustadas para refletir a mensuração de ativos e passivos ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Empresa no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

FMU – Faculdades Metropolitanas Unidas Educacionais Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.2. Reclassificações e ajustes realizados em 2019

A Empresa incluiu os seguintes ajustes e reclassificações nestas demonstrações financeiras para os saldos comparativos:

(a) Conforme mencionado na nota 4.17, em 2019, a Empresa adotou a nova norma IFRS 16 / CPC 06 (R2) - Arrendamentos. Após a adoção, a Empresa revisou seus contratos de locação e concluiu pelo enquadramento de mais alguns contratos no escopo da nova norma.

(b) Reclassificações entre as linhas de tributos a recuperar (Nota 10) e Imposto de renda e contribuição social a recuperar (Nota 23), para melhor refletir a natureza desses saldos nas rubricas correspondentes. Essa reclassificação ocorreu apenas em linhas do balanço sem alterar o montante do grupo de ativo a qual se correspondem.

Balanço	Balanço em 31/12/2019	Ajuste	Balanço reapresentado em 31/12/2019
Ativo circulante			
Tributos a recuperar (*)	6.573	(1.592)	4.981
Imposto de renda e contribuição social a recuperar (*)	-	1.592	1.592
Ativo não circulante			
Ativo imobilizado	355.910	(24.647)	331.263
Total de ativos	1.767.138	(24.647)	1.742.491
Passivo circulante			
Passivos de arrendamento	24.155	(641)	23.514
Passivo não circulante			
Passivos de arrendamento	194.136	(19.688)	174.448
Total de passivos	693.500	(20.328)	673.171
Patrimônio líquido			
Prejuízos acumulados	(426.401)	(4.319)	(430.720)
Total passivo e patrimônio líquido	1.767.138	(24.647)	1.742.491

FMU – Faculdades Metropolitanas Unidas Educacionais Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Demonstração do resultado	Saldos em		Saldos reapresentados em	
	31/12/2019	Ajuste IFRS 16	31/12/2019	
Receita líquida dos serviços	443.710	-	443.710	
Custo dos serviços	(177.777)	1.082	(176.695)	
Lucro bruto	265.933	1.082	267.015	
Despesas operacionais				
Despesas administrativas e com vendas	(236.650)	-	(236.650)	
Outras (despesas), líquidas	(1.310)	-	(1.310)	
	(237.960)	-	(237.960)	
Lucro operacional antes do resultado financeiro	23.793	1.082	29.055	
Despesas financeiras	(48.867)	(681)	(49.548)	
Receita financeira	1.908	-	1.908	
Resultado financeiro, líquido	(46.959)	(681)	(47.640)	
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(18.986)	401	(18.585)	
Prejuízo do exercício	(13.061)	401	(12.660)	

Demonstração dos fluxos de caixa	Saldos em		Saldos reapresentados em	
	31/12/2019	Reclassificações	Ajuste IFRS 16	em 31/12/2019
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social de operações continuadas	(18.986)	-	401	(18.585)
Caixa proveniente das operações	66.825	907	(1.082)	66.650
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	29.439	907	(681)	29.665
Adiantamentos para futuro aumento de capital	31.204	(31.204)	-	-
Captação/recebimentos de mútuos com partes relacionadas	105.231	(105.231)	-	-
Pagamento de mútuos para partes relacionadas	(78.565)	78.565	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos (i)	31.087	(57.870)	-	(26.783)
Adiantamentos para futuro aumento de capital	-	31.204	-	-
Captação/recebimentos de mútuos com partes relacionadas	-	104.324	-	-
Pagamento de mútuos para partes relacionadas	-	(78.565)	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento (i)	(65.902)	56.963	681	(8.258)
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(5.376)	-	-	(5.376)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	16.938	-	-	16.938
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	11.562	-	-	11.562

FMU – Faculdades Metropolitanas Unidas Educacionais Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Em 31 de dezembro 2020 o saldo comparativo de 31 de dezembro de 2019 também considera reclassificações entre grupos das linhas de pagamentos de mútuos à partes relacionadas, no montante de (R\$78.565) e recebimentos de mútuos de partes relacionadas de R\$ 104.324, anteriormente classificados como atividades de investimentos e agora reclassificados para atividades de financiamento, de forma a melhor refletir a sua natureza econômica. Adicionalmente, também foi reclassificado o montante de R\$ 31.204 relacionado a aportes de capital recebidos da Rede. Como resultado, o valor original apresentado em 2019, de (R\$ 65.902) na linha caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento foi considerado como (R\$ 8.258).

3 ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS CRÍTICAS

A preparação das demonstrações financeiras, em consonância com as IFRS's e CPC's, requer que a Empresa utilize estimativas e adote premissas que afetam os valores das demonstrações financeiras, bem como de suas divulgações. As estimativas e os julgamentos contábeis baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores importantes, incluindo expectativas de eventos futuros. Essas estimativas e premissas são revistas de forma contínua e suas eventuais alterações aplicadas e adotadas prospectivamente.

Os principais julgamentos e premissas utilizados nas estimativas da Empresa, que apresentam um risco significativo, estão contemplados a seguir:

3.1 Perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) do ágio

Anualmente, a Empresa testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio utilizando as estimativas futuras de médio e longo prazo trazidas a valor presente, fazendo uso das estimativas abaixo:

- a) Taxa de desconto** – É utilizada a taxa Custo Médio Ponderado do Capital (“WACC”), taxa está compatível com o mercado e que reflete a expectativa de retorno dos investidores no momento em que o cálculo é elaborado.
- b) Fluxo de caixa esperado** – Projeção das entradas e saídas de caixa, considerando o desempenho passado, expectativas de desenvolvimento do negócio e ganhos de eficiência planejados.
- c) Taxas de crescimento** – As taxas de crescimento foram refletidas no fluxo de receita orçado pela Empresa no planejamento estratégico de médio e longo prazo.

3.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos nas demonstrações financeiras na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para a sua compensação. A administração avalia a realização dos créditos diferidos com base em projeções de resultados que são afetadas por premissas que podem sofrer alterações significativas. As alíquotas definidas atualmente para determinação desses impostos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

3.3 Contingências

A Empresa participa em ações judiciais e provisiona perdas prováveis relacionadas a estes processos com base na opinião de seus assessores jurídicos e premissas apresentadas, as quais podem sofrer alterações em decorrência de mudanças nos fatos e circunstâncias que basearam as avaliações dos assessores jurídicos.

3.4 Taxa de arrendamentos

A Empresa utiliza taxa Brasil livre de riscos ajustada pelas taxas incrementais sobre empréstimos da Empresa, e também o spread de quanto a Empresa pagaria em dívidas

semelhantes nos mesmos prazos, para descontar os fluxos de caixa dos pagamentos de arrendamentos cujas taxas implícitas não podem ser determinadas imediatamente. Essas taxas levam em conta a taxa livre de risco e o prêmio de risco de crédito da Empresa, ajustadas para refletir ainda as condições e características específicas do arrendamento, como o risco do ambiente econômico do país, e o prazo e a data de início de cada contrato.

3.5 Perdas de crédito esperadas relativas a contas a receber

A Empresa avalia prospectivamente as perdas de crédito esperadas relativas às suas contas a receber. A metodologia de redução ao valor recuperável aplicada depende da ocorrência de aumento significativo do risco de crédito.

Conforme mencionado nas notas 4.3.3, 4.4 e 5.1.2, a Empresa aplica a abordagem simplificada permitida pela norma IFRS 9 para mensalidades a receber de alunos, que requer que as perdas esperadas ao longo de todo o período sejam reconhecidas no reconhecimento inicial das contas a receber. Normalmente, na prática, são contabilizadas pelo valor faturado, ajustadas pela provisão para créditos de liquidação duvidosa.

As estimativas são baseadas nas perdas incorridas nos últimos doze meses com suas duplicatas em atraso e com base na perda esperada, por meio da análise de relatórios setoriais do mercado de educação, elaborados por empresa independente e especialistas internos. As premissas utilizadas pela Administração podem sofrer alterações devido a fatores externos, fora do possível controle da Empresa (Nota 5.1.2). Para minimizar o risco de crédito de contas a receber, a matrícula para o próximo semestre letivo é, via de regra, bloqueada para alunos que estejam inadimplentes com a Empresa.

4 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

4.1 Moeda funcional e apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional de uma empresa é a moeda do principal ambiente econômico em que ela está inserida e deve ser a moeda que melhor reflete seus negócios e operações. Sendo assim, a administração concluiu que o Real (“R\$”) é a moeda funcional e a moeda de apresentação da Empresa.

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Todos ganhos e perdas cambiais relacionados são apresentados líquidos na demonstração do resultado na rubrica “Variação cambial, líquida”.

4.2 Caixa e equivalentes de caixa e caixa restrito

4.2.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, e com risco insignificante de mudança de valor.

4.2.2 Caixa restrito

Refere-se a saldos bancários cuja utilização está temporariamente restrita em decorrência de bloqueios por decisão judicial, contratos de empréstimos com instituições financeiras ou demais contratos.

4.3 Ativos financeiros

4.3.1 Classificação

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Empresa classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Ativos financeiros que são mensurados ao custo amortizado são ativos que são mantidos para fins de recebimento de fluxos de caixa contratuais, quando os fluxos de caixa representam apenas pagamentos de principal e juros. A receita de juros desses ativos financeiros é incluída em receita financeira utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos ou perdas no desreconhecimento do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados líquidos em Outras receitas (despesas). As perdas por impairment estão apresentadas em despesas administrativas e de vendas nas Demonstrações de resultado. Os ativos financeiros consistem em caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito, empréstimos para partes relacionadas, mensalidades a receber e outros créditos.

(ii) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são ativos que são mantidos para fins de recebimento de fluxos de caixa contratuais e para venda, quando os fluxos de caixa dos ativos representam apenas pagamentos de principal e juros. Variações nos valores contábeis são reconhecidas em outros resultados abrangentes, exceto o reconhecimento de ganhos ou perdas por redução ao valor recuperável, receita financeira e ganhos e perdas cambiais que são reconhecidas no resultado. Quando o ativo financeiro é baixado, os ganhos ou perdas acumuladas anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados do patrimônio líquido para o resultado e reconhecidos na rubrica de outras receitas (despesas), líquidas. A receita financeira desses ativos financeiros é incluída em receita financeira utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas cambiais são apresentados em Outras receitas (despesas), líquidas e perdas por redução ao valor recuperável são apresentadas em despesas administrativas e comerciais na demonstração do resultado.

(iii) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são aqueles que não atendem os critérios de mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sendo mensurados ao valor justo por meio do resultado. Ganhos ou perdas sobre um investimento em dívida que é subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em Outras receitas (despesas), líquidas no período em que ocorrerem.

Atualmente, a Empresa não possui ativos financeiros classificados como a valor justo por meio do resultado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

4.3.2 Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Empresa se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Empresa tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

4.3.3 Impairment

A Empresa avalia, em bases históricas, as perdas esperadas de crédito associados aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para a conta de mensalidades a receber, a Empresa aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil quando do reconhecimento inicial dos recebíveis.

4.3.4 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

4.4 Mensalidades a receber

As contas a receber de mensalidades correspondem aos valores a receber de alunos pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Empresa e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, e subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para crédito de liquidação duvidosa.

A administração analisa e estima a provisão para crédito de liquidação duvidosa para as contas a receber com base nas perdas incorridas nos últimos doze meses de seus títulos vencidos e com base na perda esperada, através da análise de relatório setorial do mercado de educação, elaborado por empresa independente. Em 2018, os títulos vencidos acima de um ano são integralmente provisionados e os títulos vencidos acima de dois anos são baixados contra a sua respectiva provisão. Para o exercício de 2019, a administração reviu seus critérios de provisão e alterou a política para os títulos vencidos acima de um ano sejam provisionados considerando um percentual histórico dos recebimentos. As premissas utilizadas pela administração podem sofrer alterações em função de fatores externos, fora do controle da Empresa (Nota 5.1.2).

O saldo de mensalidades a receber é apresentado líquido da provisão para crédito de liquidação duvidosa nas demonstrações financeiras.

4.5 Depósitos judiciais

Existem situações em que a Empresa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

Os depósitos judiciais relacionados com processos cuja provisão esteja constituída, estão apresentados ao custo como dedução do correspondente passivo constituído, uma vez que não existe a possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a Empresa. Já os depósitos judiciais relacionados com processos não provisionados estão apresentados no ativo realizável a longo prazo.

A atualização monetária é de acordo com sua natureza e apresentada na rubrica de receitas financeiras.

FMU – Faculdades Metropolitanas Unidas Educacionais Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4.6 Ativos de indenização

São despesas ou indenizações de responsabilidade dos antigos sócios da Empresa ou estão relacionadas com contrato de compra e venda. Os ativos de indenização apresentam um passivo relacionado.

4.7 Reembolsos a receber de antigos proprietários

Correspondem às despesas ou indenizações a receber dos antigos sócios referente às dívidas efetivamente pagas pela Empresa e com direito a reembolso dos vendedores. A administração avalia que tais valores são realizáveis.

4.8 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico de aquisição, os quais são apresentados líquidos da depreciação acumulada e das perdas pela desvalorização dos ativos. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Vida útil estimada (anos)
Benfeitorias em imóveis de terceiros (i)	01 - 10
Direito de uso (ii)	01 - 17
Edificações	03 - 24
Instalações	08 - 10
Máquinas e equipamentos	03 - 16
Equipamentos de informática	02 - 05
Veículos	03 - 05
Móveis e utensílios	02 - 16
Biblioteca	01 - 15
Equipamentos de telecomunicação	02 - 09

- (i) As benfeitorias são depreciadas conforme vida útil estimada, limitada ao prazo vigente do contrato de aluguel;
- (ii) O direito de uso é amortizado conforme o prazo vigente do contrato de aluguel.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o seu valor contábil é maior do que o seu valor recuperável estimado, quando testado para *impairment* devido a um evento gerador. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), líquidas" na demonstração do resultado.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, ao final de cada exercício.

4.9 Ativos intangíveis

4.9.1 Programas de computador (*softwares*)

As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados ao longo de sua vida útil estimada. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis a projetos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Empresa, são reconhecidos como ativos intangíveis, inclusive os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares*, e são amortizados ao longo de sua vida útil estimada.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

4.9.3 Ativos intangíveis adquiridos por meio de combinação de negócios

a) Ágio

O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da expectativa de rentabilidade futura sobre a contraprestação transferida em troca do controle da adquirida e o excesso sobre o valor líquido na data da aquisição, dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos.

Pelo menos uma vez por ano, ao final de cada exercício, ou quando há indicação de *impairment* o Grupo Laureate efetua o teste de *impairment* para todas as UGC's que tiverem ágio originado na aquisição de novos negócios, por rentabilidade futura, independentemente de haver indicadores ou não de deterioração.

b) Marcas

As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. A projeção indefinida no fluxo de caixa do ativo o classifica como ativo intangível não amortizado.

c) Carteira de alunos

As carteiras de alunos, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As carteiras de alunos têm vida útil definida sendo contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada de acordo com o fluxo de caixa estimado no momento da aquisição.

4.9.4 Outros ativos intangíveis

Outros intangíveis inclui desenvolvimento de conteúdo que são os custos qualificados incorridos no desenvolvimento de currículos *on-line* que são capitalizados e são amortizados de forma linear pelo prazo de 3 a 4 anos.

4.10 *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização, entretanto, são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Caso haja evidências de *impairment*, o ágio poderá ser testado num período menor que um ano.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ativos que não estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (UGCs).

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas.

4.11 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

4.12 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Empresa tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e financiamentos, que são diretamente atribuíveis à aquisição de imobilizado, são capitalizados como parte do custo do ativo somente quando for provável que resultarão em benefícios econômicos futuros para a Empresa e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

4.13 Provisões

As provisões, incluindo aquelas para custos de reestruturação e ações judiciais (trabalhista, cível e tributária), são reconhecidas quando: (i) a Empresa tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

FMU – Faculdades Metropolitanas Unidas Educacionais Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4.13 Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social corrente e diferida do exercício são reconhecidas na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionadas com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

4.13.1 Corrente

O encargo de imposto de renda e da contribuição social é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Empresa nas apurações de impostos sobre a renda e contribuição social com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

4.14.2 Diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias dedutíveis e todos os prejuízos fiscais não utilizados possam ser utilizados. Probabilidade esta, baseada em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, bem como sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda e a base negativa de contribuição social.

As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

4.14.3 ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (IFRIC 23)

A administração da Empresa, em conjunto com seus consultores legais internos e externos, conduziu análises dos tratamentos fiscais que poderiam gerar incertezas na apuração dos tributos sobre o lucro, assim como mensurá-los e reavaliar aqueles que potencialmente poderiam expor a Empresa à riscos materialmente prováveis de perda. A partir dessa análise, a administração concluiu que não há impactos adicionais decorrente da adoção do ICPC 22/IFRIC 23, uma vez que já possuía a prática de reconhecimento de provisões frente às incertezas no cálculo de tributos sobre o lucro.

4.15 Benefícios a empregados

4.15.1 Bônus e participação nos lucros

A Empresa concede bônus e participação nos lucros e resultados com base no alcance de metas estabelecidas em seu respectivo plano de ação acordado no exercício anterior, que leva em conta o lucro atribuído aos quotistas do Grupo, após certos ajustes.

A Empresa reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

4.15.2 Outras obrigações pós-emprego

A Empresa não possui planos de pensão ou outras obrigações pós-emprego.

4.16 Reconhecimento da receita

As receitas da Empresa consistem, principalmente, em receitas de ensino e serviços educacionais e outras receitas (que são imateriais e em geral, tendem a acompanhar as receitas das mensalidades). As receitas são reconhecidas quando o controle dos bens ou serviços prometidos é transferido para os nossos clientes, em um valor que reflete a contraprestação que esperamos ter direito em troca desses bens ou serviços. Essa receita é reconhecida líquida de bolsas de estudos, descontos, cancelamentos e reembolsos.

Determinamos o reconhecimento da receita através do modelo de cinco etapas, a seguir:

1. Identificação do contrato com o cliente;
2. Identificação das obrigações de desempenho no contrato;
3. Determinação do preço da transação;
4. Alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e
5. Reconhecimento da receita conforme cumprimento da obrigação de desempenho.

Uma obrigação de desempenho é uma promessa, em um contrato, de transferir um bem ou serviço para o cliente e, no caso da Empresa, o principal gatilho para a obrigação de desempenho está relacionada à efetivação da matrícula.

O preço de transação é alocado a cada obrigação de desempenho identificada no contrato com base no preço de venda individual de cada bem ou serviço do contrato e reconhecido como receita quando, ou conforme, a obrigação de desempenho é satisfeita.

O preço de transação da Empresa é determinado com base no preço bruto, líquido de bolsas de estudo e outros descontos condicionais e incondicionais, reembolsos e valor justo de quaisquer provisões feitas pela Empresa relacionadas a programas de financiamento estudantil.

A maior parte de nossa receita é derivada de acordos de ensino e serviços educacionais com alunos e, portanto, é reconhecida linearmente ao longo do semestre acadêmico. Outras receitas são reconhecidas conforme o bem ou serviço seja transferido ao cliente.

Os recebíveis são reconhecidos somente na medida em que seja provável que coletemos substancialmente toda a contraprestação a que temos direito em troca dos bens e serviços que serão transferidos para o estudante. Matrículas antecipadas e reembolsos a alunos são tratados como passivos contratuais.

Custos incrementais: Comissões pagas a nossos funcionários ou agentes de terceiros para a obtenção de um contrato com um novo cliente são considerados custos incrementais. Esses custos são reconhecidos no ativo, na rubrica “ativo de contrato” e amortizados durante o período esperado do benefício, se forem considerados recuperáveis. Os custos incrementais incorridos para obtenção de um contrato são reconhecidos como despesas caso o período de amortização do ativo, que teria sido reconhecido, for de um ano ou menos.

4.16.1 Prestação de serviços – atividade de ensino

A Empresa reconhece os efeitos de um contrato com um cliente somente quando todos os critérios a seguir forem atendidos:

- a) quando as partes aprovarem o contrato e estiverem comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações;
- b) quando puder identificar os direitos de cada parte em relação aos bens ou serviços a serem transferidos;

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- c) quando puder identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos;
- d) quando o contrato possuir substância comercial (ou seja, espera-se que o risco, a época ou o valor dos fluxos de caixa futuros da entidade se modifiquem como resultado do contrato); e
- e) quando for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos serviços que serão transferidos ao cliente.

A receita é apresentada líquida dos impostos, abatimentos, cancelamentos, descontos e das bolsas concedidas, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo Laureate.

Os recebimentos antecipados de mensalidades e matrículas de exercícios posteriores estão registrados na conta "Recebimentos antecipados" e são reconhecidos no resultado do exercício no qual os serviços forem prestados.

4.16.2 Outras receitas operacionais

Outras receitas são provenientes substancialmente da cobrança de taxas por serviços extra-acadêmicos, tais como: declarações, patrocínio, cessão de espaços, clínicas, aluguéis, entre outras. O reconhecimento dessas receitas ocorre pelo regime de caixa, devido a maioria destes serviços ocorrerem de forma esporádica e pontual e ocorrem de forma quase simultânea à sua competência.

4.16.3 Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros, exceto no caso de receita de juros sobre mensalidades atrasadas, no qual a receita de juros é reconhecida somente quando efetivamente recebida.

4.17 Arrendamentos

A Empresa aluga diversos imóveis para sua área administrativa e acadêmica. Em geral, os contratos de aluguel são realizados por períodos fixos, porém eles podem incluir opções de prorrogação.

Os contratos podem conter componentes de arrendamento e outros não relacionados a arrendamentos. A Empresa aloca a contraprestação no contrato aos componentes de arrendamentos e de outros não relacionados a arrendamentos com base nos preços isolados relativos.

Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contêm uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos.

Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente.

Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir:

- pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber;
- pagamentos variáveis de arrendamentos variáveis que dependem de índice ou de taxa;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual;
- o preço de exercício de uma opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de que irá exercer essa opção;

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo esta a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes.

Para determinar a taxa incremental de empréstimo, a Empresa considera:

- sempre que possível, utilizar como ponto de partida taxas de financiamentos recentes contratados com terceiros, ajustadas para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que tal financiamento de terceiro fora recebido;
- usa uma abordagem progressiva que parte de uma taxa de juros livre de risco ajustada para o risco de crédito para arrendamentos mantidos pela Empresa, sem financiamento recente com terceiros; e
- faz ajustes específicos à taxa, como no prazo ou garantia, por exemplo

A Empresa está exposta a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos variáveis com base em um índice ou taxa, os quais não são incluídos no passivo de arrendamento até serem concretizados. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamentos baseados em um índice ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado em contrapartida ao ativo de direito de uso.

Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir:

- o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos;
- quaisquer custos diretos iniciais; e
- custos de restauração, se aplicável.

Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se a Empresa estiver razoavelmente certa de que irá exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente.

Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo de equipamentos e veículos e todos e arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo de 12 meses ou menos. Os ativos de baixo valor incluem equipamentos de TI e pequenos itens de mobiliário de escritório.

(i) Opções de prorrogação e extinção

As opções de prorrogação e extinção estão incluídas em diversos dos arrendamentos de ativos imobilizados da Empresa. Esses termos são usados para maximizar a flexibilidade operacional em termos de gestão de contratos. A maioria das opções de prorrogação e extinção mantidas podem ser exercidas apenas pela Empresa, e não pelo respectivo arrendador.

4.18 Distribuição de lucros

A distribuição de lucros é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras somente na data em que é aprovada em Reunião Geral Ordinária de Quotistas. A Empresa pode distribuir lucros de forma antecipada a qualquer tempo, em consonância com o seu contrato social, desde que não esteja impedida de fazê-lo por obrigações contratuais com instituições financeiras. A distribuição de lucros proposta e não aprovada dentro do exercício são alocados à conta “lucros acumulados”, no patrimônio líquido.

4.19 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

4.19.1 Normas que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020

Estrutura Conceitual: em março de 2018, o IASB emitiu a revisão da Estrutura Conceitual para Relatórios Financeiros, substituindo a versão anterior, emitida em 2010. As principais mudanças foram:

- aumento da proeminência da gestão no objetivo da preparação de relatórios financeiros;
- restabelecimento da prudência como um componente de neutralidade;
- definição de entidade;
- revisão das definições de ativo e passivo;
- remoção do parâmetro de probabilidade para reconhecimento e inclusão de orientações sobre desreconhecimento;
- inclusão de orientações sobre bases diferentes de mensuração; e
- afirmação de que o resultado é o principal indicador de desempenho e que, em princípio, as receitas e despesas em outros resultados abrangentes deveriam ser reciclados quando isso aprimorar a relevância ou a apresentação fiel das demonstrações financeiras.

Após avaliação da Administração, nenhuma mudança foi feita nessas demonstrações financeiras. A Empresa, considerando suas políticas contábeis vigentes, entende que estas continuam adequadas de acordo com a Estrutura Conceitual revisada.

Alterações ao IAS 1 "Apresentação das demonstrações financeiras" e IAS 8 "Políticas contábeis, mudanças nas estimativas contábeis e erros": em outubro de 2018, o IASB emitiu a definição de "material" e fez alterações pertinentes no IAS 1 e IAS 8, cuja versão revisada possui data efetiva de aplicação a partir de 1º de janeiro de 2020. A definição de "material" ajuda as entidades a determinarem se as informações sobre um item, transação ou um outro evento qualquer, devem ser fornecidas aos usuários das demonstrações financeiras. No entanto, nem sempre essa definição é objetiva, sendo necessário fazer julgamentos sobre a materialidade na preparação das demonstrações financeiras. As alterações efetuadas alinham a redação da definição de material em todas as normas do IFRS, incluindo a Estrutura Conceitual. A Administração entende que essas alterações não mudaram nossos critérios de definição das informações financeiras à serem apresentadas ao nosso usuário destas demonstrações e, continuam atendendo integralmente os usuários dessas demonstrações financeiras.

Alterações ao IFRS 3 "Combinação de negócio": em outubro de 2018, o IASB emitiu alteração ao IFRS 3 sobre a definição de "negócio", que possui data efetiva a partir de 1º de janeiro de 2020.

A alteração efetuada (i) confirma que um negócio deve incluir inputs e processos relevantes, que em conjunto contribuem de forma significativa para a criação de outputs; (ii) disponibiliza teste que auxilia na análise sobre se uma empresa adquiriu um grupo de ativos e não um negócio; e (iii) estreita as definições de outputs, cujo foco passa a ser geração de retorno por meio de produtos fornecidos e serviços prestados a clientes, excluindo geração de retornos sob a forma de redução de custos e outros benefícios econômicos. A administração avaliou preliminarmente as alterações trazidas pelas novas normas e concluiu que não há alterações significativas em seu negócio.

4.19.2 Novas normas que ainda não estão em vigor

A administração não identificou outras normas emitidas e/ou aprovadas que teriam impacto nessas demonstrações financeiras.

5 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

5.1 Fatores de risco financeiro

A gestão de risco é realizada pela tesouraria da controladora da Empresa, que avalia e protege a Empresa contra eventuais riscos financeiros. A administração estabelece princípios, alinhados à gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

5.1.1 Risco de mercado

a) Risco cambial

A Empresa não possui ativos e passivos significativos expostos ao risco cambial decorrente de moeda estrangeira com terceiros ou partes relacionadas.

Por esta razão, a Administração entende não ser necessária a apresentação de análise de sensibilidade nessas demonstrações financeiras

b) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros decorre, principalmente, de empréstimos em moeda nacional de curto e longo prazo indexados às taxas variáveis como os Certificados de Depósitos Interbancários (“CDI”) e expõem a Empresa ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. No caso dos parcelamentos de tributos, o risco está vinculado à variação de SELIC (pós fixada).

Por tratar-se de um contrato de empréstimo pontual e arrendamentos, a Empresa não apresenta contratos de proteção contra este tipo de risco, entretanto, monitora continuamente as taxas de juros do mercado, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se do risco de volatilidade dessas taxas.

Adicionalmente, o saldo de empréstimo que a Empresa detém em 31 de dezembro de 2020 está integralmente registrado em seu passivo circulante, com previsão de pagamento integral no primeiro semestre de 2021 (Nota 30).

5.1.2 Risco de crédito

O risco de crédito é administrado no âmbito da controladora da Empresa. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber de alunos. A Empresa restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e a aplicações financeiras efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha.

Para mitigar o risco de crédito das contas a receber, a matrícula para o próximo semestre letivo é, via de regra, bloqueada para os alunos que estiverem inadimplentes com a Empresa.

Todos os contratos contemplados pelo programa de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (“FIES”), (i) até março de 2012 possuem 80% do risco coberto pelo Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (“FGEDUC”), (ii) a partir de abril de 2012, possuem 90% de cobertura mediante o desconto de 5,63% do valor da mensalidade até dezembro de 2017 e a

FMU – Faculdades Metropolitanas Unidas Educacionais Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

partir de janeiro de 2018, 13% de o desconto no primeiro ano e entre 10% e 25% do segundo ao quinto ano, variável em função da evasão dos estudantes e do não pagamento da coparticipação ou de outros valores devidos pelo estudante financiado a título de Comissão de Concessão de Garantia (“CCG”). Esses descontos são deduzidos diretamente da receita.

Impairment de ativos financeiros

Os seguintes ativos financeiros mantidos pela Empresa estão sujeitos ao modelo de perdas de crédito esperadas:

- Mensalidades (contas a receber de clientes); e
- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Embora o caixa e equivalentes de caixa também estejam sujeitos às exigências de *impairment* do IFRS 9/CPC 48, a perda por *impairment* identificada nesses ativos foi imaterial.

Mensalidades a receber

A Empresa aplica a abordagem retrospectiva modificada do IFRS 9/CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil para todas as contas a receber de clientes.

Para mensurar as perdas de crédito esperadas, as mensalidades são agrupadas com base nas características compartilhadas de risco de crédito: (i) alunos ativos (ii) alunos inativos e graduados; (iii) alunos fies e (iv) nos dias de atraso.

As taxas de perdas esperadas são baseadas nos perfis de pagamento de mensalidades durante um período de 12 meses anteriores a 31 de dezembro e nas perdas de crédito históricas correspondentes incorridas durante esse período. As taxas de perdas históricas são ajustadas a fim de refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidarem os recebíveis. A administração avalia o mercado considerando, dentre outros fatores, o Relatório Setorial das Instituições de Ensino elaborado por empresa independente e, caso avalie a necessidade, ajusta as taxas de perdas históricas com base nas mudanças esperadas nesses fatores.

As mensalidades são baixadas quando não há expectativa razoável de recuperação. Os indícios de que não há expectativa razoável de recuperação incluem, entre outros: incapacidade do devedor de participar de um plano de renegociação de sua dívida com a Empresa ou de realizar pagamentos contratuais de dívidas vencidas há mais de 2 anos.

As perdas por *impairment* em contas a receber de clientes são apresentadas como perdas por *impairment* líquidas, no lucro operacional. Recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas na mesma conta.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Outros ativos financeiros mensurados ao custo amortizado incluem empréstimos a partes relacionadas e demais contas a receber. A provisão para perdas com outros ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, quando aplicável, é reconhecida no resultado do exercício.

As perdas por *impairment* identificadas de outros ativos mensurados ao custo amortizado foram imateriais por terem baixo risco de inadimplência e/ou o seu emissor tem uma forte capacidade de cumprir suas obrigações de fluxo de caixa contratual no curto prazo.

Como mencionado na Nota 1, a Empresa realizou uma análise dos riscos e incertezas relacionados ao COVID-19 e, até o momento, não foram identificados impactos significativos que requeiram ajustes relevantes nas demonstrações financeiras.

FMU – Faculdades Metropolitanas Unidas Educacionais Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5.1.3 Risco de liquidez

É o risco da Empresa não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, monitoradas pelas tesourarias da Empresa e sua controladora.

A avaliação da estratégia financeira da Empresa é efetuada por sua controladora, ou seja, caso necessário, são aportados recursos provenientes da própria controladora da Empresa ou são dadas todas as condições para que a Empresa capte recursos no mercado para a manutenção de suas atividades operacionais.

O excesso de caixa, além do saldo mínimo exigido para administração do capital circulante, é transferido para a controladora. A tesouraria da Empresa investe o excesso de caixa em contas bancárias com incidência de juros, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou alta liquidez.

Como mencionado na Nota 1, a Empresa realizou uma análise dos riscos e incertezas relacionados ao COVID-19 e, até o momento, não foram identificados impactos significativos que requeiram ajustes relevantes nas demonstrações financeiras.

Além disso, com objetivo de monitorar o cumprimento das cláusulas restritivas (*covenants*) assumidas com instituições financeiras, a administração monitora constantemente o nível do EBITDA (LAJIDA – Lucros Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) ao final de cada exercício social. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Empresa está em conformidade com todas as cláusulas restritivas (*covenants*) assumidas.

Maturidade de instrumentos financeiros passivos	Menor que 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Em 31 de dezembro de 2020				
Empréstimos e financiamentos	22.717			
Passivos de arrendamentos	54.139	53.719	170.924	28.833
Fornecedores	25.245			
Recebimentos antecipados	10.606			
Partes relacionadas	26.576	21.735		
	139.283	75.454	170.924	28.833
Em 31 de dezembro de 2019				
Empréstimos e financiamentos	45.017	21.595		
Arrendamentos	50.354	99.937	113.254	64.750
Fornecedores	21.579			
Recebimentos antecipados	10.823			
Partes relacionadas	44.399	526		
	172.172	122.058	113.254	64.750

5.2 Gestão de capital

Os objetivos da Empresa ao administrar seu capital são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos seus quotistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Empresa, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os quotistas têm de aprovar, rever a política de distribuição de lucros, devolver capital aos quotistas ou, ainda, emitir novas quotas ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

FMU – Faculdades Metropolitanas Unidas Educacionais Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Condizente com outras empresas do setor, a Empresa monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, arrendamentos participações societárias a pagar e parcelamentos fiscais (curto e longo prazos), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido e dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2020 e 2019 podem ser assim sumarizados:

	2020	2019
Empréstimos e financiamentos	21.854	66.612
Arrendamentos	200.580	197.962
Parcelamentos fiscais	40.525	46.955
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(14.215)	(11.562)
Dívida líquida	248.744	299.967
Total do patrimônio líquido	822.523	1.069.319
Total do capital	1.071.267	1.369.286
Índice de alavancagem financeira	23,2%	21,9%

5.3 Estimativa do valor justo

A Empresa opera com alguns instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, mensalidades a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, empréstimos e partes relacionadas. Pressupõe-se que estes saldos pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), estejam próximos de seus valores justos.

6 INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

	2020	2019		
	Ativo ao custo amortizado	Passivo ao custo amortizado	Ativo ao custo amortizado	Passivo ao custo amortizado
Ativos, conforme balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa	14.215		11.562	
Caixa restrito	1.115		1.411	
Mensalidades a receber	54.808		63.890	
Partes relacionadas	331		1.478	
Reembolso a receber de antigos proprietários	108.548		108.140	
Outros créditos	805		1.050	
Depósitos judiciais	1.974		1.154	
Passivos, conforme balanço patrimonial				
Empréstimos e financiamentos		21.854		66.612
Passivos de arrendamentos		200.580		197.962
Fornecedores		25.245		21.579
Recebimentos antecipados		4.769		2.927
Partes relacionadas		48.311		44.925
Parcelamentos		40.525		46.955
Outras contas a pagar		5.401		502
	181.796	346.685	188.685	381.462

FMU – Faculdades Metropolitanas Unidas Educacionais Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6.1 Qualidade de crédito dos ativos financeiros

A qualidade de crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de créditos (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência das contrapartes.

A qualidade de crédito de mensalidades a receber, não relacionadas a operações com partes relacionadas, pode ser assim representado:

Contraparte sem classificação externa de crédito	2020	2019
Mensalidades a receber		
Alunos ativos	39.562	56.622
Alunos graduados	13.026	14.181
Alunos inativos	62.403	54.290
	114.991	125.093

- **Alunos ativos** – mensalidades a receber de alunos atualmente matriculados, com menor risco de perda.
- **Alunos graduados** – mensalidades a receber de alunos que já estão formados, com médio risco de perda.
- **Alunos inativos** – mensalidade a receber de alunos que desistiram do curso, com alto risco de perda.

Parte substancial das negociações com alunos inativos e graduados são recebidas através de cartão de crédito (Nota 8).

A qualidade de crédito de caixa e equivalentes de caixa, conforme “*Rating*” atribuído pela agência de classificação de risco *Standard & Poor’s* (“*S&P*”) aos bancos nos quais a Empresa mantém as aplicações, pode ser assim representado:

Contraparte sem classificação externa de crédito	2020	2019
Depósitos bancários de curto prazo		
BB-	14.115	11.527
Outros	-	-
	14.115	11.527
Aplicações financeiras		
BB-	100	35
	100	35
	14.215	11.562

7 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2020	2019
Caixa e bancos	14.115	11.528
Aplicações financeiras	100	34
	14.215	11.562

FMU – Faculdades Metropolitanas Unidas Educacionais Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As aplicações financeiras de curto prazo referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (“CDB”) de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. São efetuadas por períodos que variam entre um dia e três meses, dependendo das necessidades imediatas de caixa da Empresa, sendo o rendimento de juros reconhecido no resultado do exercício.

8 MENSALIDADES A RECEBER

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Ativo circulante		
Mensalidades a receber	114.991	125.093
FIES	5.703	4.613
Cartões de crédito	8.942	9.859
Outras mensalidades	613	61
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 8.3)	<u>(75.441)</u>	<u>(75.736)</u>
	<u>54.808</u>	<u>63.890</u>

8.1 FIES

8.1.1 Novo FIES

Em 31 de outubro de 2017, foi aprovada a Medida Provisória - MP 785/2017 sancionada na Lei nº 13.530 de 07 de dezembro de 2017 a qual instituiu o Novo FIES, em vigor no primeiro semestre de 2018. O FIES tradicional continuará a vigorar para contratos antigos.

A nova Lei também criou o Fundo Garantidor (“FG-FIES”), que suportará o risco de crédito do Novo FIES e terá aportes da União e aportes das instituições de ensino nos seguintes percentuais para a Empresa: (i) 13% da receita de matrícula financiada pelo programa para o primeiro ano (2018); (ii) entre 10% e 25% no segundo ao quinto ano (variação relacionada à evasão e inadimplência dos alunos), para 2019 a Empresa teve 15,67%; e (iii) no mínimo, 10% para o sexto e sétimo ano.

O Novo Fies é composto de três faixas. A primeira modalidade corresponde ao financiamento ofertado diretamente pelo Governo ao estudante a juros zero e é reservada a estudantes com renda familiar per capita mensal de até três salários mínimos.

A segunda e a terceira modalidades estão destinadas aos estudantes com renda per capita mensal de até cinco salários mínimos, sendo que a segunda modalidade visa atender estudantes do Norte, Nordeste e Centro-Oeste e a terceira modalidade, visa atender estudantes de todo o Brasil. Em ambos os casos, a taxa de juros vai variar de acordo com a instituição financeira onde foi fechado o financiamento com apoio de recursos públicos.

As receitas e mensalidades a receber do programa FIES são registradas líquidas da provisão para a manutenção do fundo FGEDUC, responsável por garantir 90% do risco das mensalidades FIES.

FMU – Faculdades Metropolitanas Unidas Educacionais Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8.2 Análise de vencimentos das contas a receber

	<u>2020</u>	<u>%Perda</u>	<u>2019</u>	<u>%Perda</u>
Valores a vencer (i)	7.113	3,58%	14.119	0,38%
Vencidos:				
Até 30 dias	2.434	32,20%	4.553	12,09%
Entre 31 e 60 dias	2.454	25,99%	3.331	31,57%
Entre 61 e 90 dias	3.227	39,68%	6.301	46,83%
Entre 91 e 365 dias	60.109	51,46%	58.974	45,76%
Entre 366 e 720 dias	54.912	87,78%	52.348	84,33%
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	<u>(75.441)</u>		<u>(75.736)</u>	
	<u>54.808</u>		<u>63.890</u>	

(i) Os valores a receber de cartões de crédito e FIES estão classificados nesta linha.

8.3 Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Saldo em 1º de janeiro	(75.736)	(66.042)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(21.983)	(23.062)
Baixa de contas a receber incobráveis	22.278	13.368
Saldo em 31 de dezembro	<u>(75.441)</u>	<u>(75.736)</u>

9 DESPESAS ANTECIPADAS

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Ativo circulante		
Licença de uso de <i>software</i>	540	357
Seguros a vencer	1.028	3
Outras despesas antecipadas	-	1.691
	<u>1.568</u>	<u>2.051</u>
	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Ativo não circulante		
Prêmio seguro fiança	-	1.014
	<u>-</u>	<u>1.014</u>

10 TRIBUTOS A RECUPERAR | RECOLHER

Os saldos de tributos a recuperar e a recolher são apresentados líquidos quando há direito legal e a intenção de compensá-los, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Ativo circulante		
PERT (i)	25.264	1.891
Outros	776	3.090
	<u>26.040</u>	<u>4.981</u>
Ativo não circulante		
PERT (i)	8.127	25.194
	<u>8.127</u>	<u>25.194</u>

FMU – Faculdades Metropolitanas Unidas Educacionais Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Passivo circulante		
Programa de Integração Social (PIS) / Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	84	206
Imposto Sobre Serviços (ISS)	753	980
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	231	291
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	148	149
Outros	100	100
	<u>1.316</u>	<u>1.726</u>

(i) PERT refere-se ao programa especial de regularização tributária, para a liquidação de dívidas de impostos, instituído pela Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Em 31 de dezembro de 2020, parte substancial do valor (e, conseqüentemente, o aumento) se refere à ressarcimento pela União de pagamentos indevidos realizados pelo Grupo e que em 2020 foram formalmente considerados reembolsáveis pela Receita Federal do Brasil ("RFB") por valor superior ao reconhecido até 2019. O montante está classificado no curto prazo em consonância com a estimativa de realização dos créditos perante a RFB.

11 ADIANTAMENTOS

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Ativo circulante		
Adiantamentos a empregados (i)	1.071	182
Adiantamentos a fornecedores	265	177
	<u>1.336</u>	<u>359</u>

(i) refere-se, principalmente, a adiantamentos de férias, cujo saldo aumentou no período em função da suspensão das férias durante a vigência do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda instituído pela MP 936.

12 OUTROS ATIVOS

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Ativo circulante		
FIES – Certificados disponíveis	660	629
Aluguéis a receber de sublocações	145	157
Outros créditos	-	264
	<u>805</u>	<u>1.050</u>

13 DEPÓSITOS JUDICIAIS

Em 31 de dezembro de 2020, a Empresa apresenta depósitos judiciais no montante de R\$1.974 (R\$ 1.154 em 2019), sendo que parte expressiva dos depósitos referem-se à questões trabalhistas não contingenciadas. Os depósitos judiciais contingenciados são apresentados líquidos de suas respectivas contingências (Nota 22.2).

14 PARTES RELACIONADAS

A Empresa mantém transações de partes relacionadas com a sua controladora Rede e com as demais empresas do Grupo Laureate. Tais transações compreendem:

(i) Mútuos – Contratos de mútuo para suprir eventuais necessidades de repasse;

FMU – Faculdades Metropolitanas Unidas Educacionais Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (ii) Outros créditos e outras contas a pagar – Compreendem notas de débitos de despesas entre as empresas do Grupo Laureate, incluindo os custos de despesas administrativas do Centro de Serviços Compartilhados (CSC) instalado na ISCP e receitas e/ou despesas de intercâmbio de alunos entre universidades do Grupo Laureate.

14.1 Condições das transações com partes relacionadas

As principais transações com partes relacionadas estão dispostas nas seguintes condições:

Cedente	Tomadora	Natureza	Valor	Taxa de juros anual	Moeda	Último vencimento
FMU	REDE	Repasse de despesas	182	0%	Real	22/11/2021
FMU	UAM	Repasse de despesas	70	0%	Real	Indeterminado
FMU	UNIFACS	Repasse de despesas	51	0%	Real	Indeterminado
FMU	OUTROS	Repasse de despesas	28	0%	Real	Indeterminado
			331			
REDE	FMU	Mutuo	(23.682)	12%	Real	2020 á 2025
UAM	FMU	Repasse de despesas	(22.585)	0%	Real	Indeterminado
REDE	FMU	Repasse de despesas	(2.042)	0%	Real	Indeterminado
			(48.311)			

14.2 Balanço Patrimonial

	2020			
	ISCP	REDE	OUTROS	TOTAL
Ativo				
Circulante				
Outros créditos	70	182	79	331
Mútuo	-	-	-	-
	70	182	79	331
	70	182	79	331
Passivo				
Circulante				
Outras contas a pagar	(22.585)	(2.043)	(1)	(24.629)
Mútuo		(1.947)	-	(1.947)
	(22.585)	(3.990)	(1)	(26.576)
Não circulante				
Mútuo	-	(21.735)	-	(21.735)
	-	(21.735)	-	(21.735)
	(22.585)	(25.725)	(1)	(48.311)

FMU – Faculdades Metropolitanas Unidas Educacionais Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

					2019
	ISCP	REDE	UNIFACS	OUTROS	TOTAL
Ativo					
Circulante					
Repasses	189	222	29	19	459
	189	222	29	19	459
Não circulante					
Mútuo	-	1.019	-	-	1.019
	-	1.019	-	-	1.019
	189	1.241	29	19	1.478
					2019
	ISCP	REDE	UNIFACS	OUTROS	TOTAL
Passivo					
Circulante					
Repasses	(21.398)	(1.101)	(4)	-	(22.503)
Mútuos	-	(21.896)	-	-	(21.896)
	(21.398)	(22.997)	(4)	-	(44.399)
Não circulante					
Mútuo	-	(526)	-	-	(526)
	-	(526)	-	-	(526)
	(21.398)	(23.523)	(4)	-	(44.925)

- (i) Os saldos de mútuos e repasses a receber e a pagar entre a mesma empresa não são compensados, uma vez que sua realização ocorre em momentos e formas distintos.

14.3 Demonstração do Resultado

	2020		2019	
	Rede	Total	Rede	Total
Resultado financeiro				
Juros passivos	1.260	1.260	1.260	1.260
	1.260	1.260	1.260	1.260

14.4 Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui todos os diretores da Empresa. Os montantes incorridos com remuneração dos diretores, registrados no resultado na rubrica "Despesas administrativas", tem a seguinte composição:

	2020	2019
Salários e outros benefícios de curto prazo	378	615
Bônus líquido	90	123
Benefícios de rescisão	-	39
	468	777

FMU – Faculdades Metropolitanas Unidas Educacionais Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 IMOBILIZADO

	Benefitorias em imóveis de terceiros	Edificações	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Veículos	Móveis e utensílios	Biblioteca	Equipamentos de telecomunicação	Imobilizado em andamento	Direito de uso - Edificações	Direito de uso – Máquinas e equipamentos	TOTAL
Em 31 de dezembro de 2019												
Custo	66.797	-	19.702	26.397	740	17.452	5.471	1.157	3.117	296.507	2.749	440.089
Depreciação acumulada	(20.705)	-	(11.526)	(21.242)	(314)	(10.216)	(3.240)	(950)	-	(39.931)	(702)	(108.826)
Saldo contábil, líquido	46.092	-	8.176	5.155	426	7.236	2.231	207	3.117	256.576	2.047	331.263
Em 1 de janeiro de 2019												
Saldo inicial	35.650	-	7.708	7.406	573	8.241	2.551	253	10.690	-	-	73.072
Adição	9.640	138	2.442	1.224	-	968	81	99	3.412	310.248	3.907	332.159
IFRS16	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixa	(615)	(153)	(25)	(8)	-	(2)	-	-	(90)	(10.935)	(1.161)	(12.989)
Depreciação	(6.539)	-	(3.483)	(3.963)	(147)	(2.127)	(705)	(203)	-	(42.737)	(699)	(60.603)
Transferência	7.957	15	1.533	495	-	156	304	58	(10.895)	-	-	(376)
Saldo contábil, líquido	46.092	-	8.176	5.155	426	7.236	2.231	207	3.117	256.576	2.047	331.263
Em 31 de dezembro de 2020												
Custo	74.949	-	20.645	26.393	630	17.335	5.489	1.157	642	243.401	2.703	393.344
Depreciação acumulada	(29.354)	-	(14.637)	(23.838)	(402)	(12.033)	(3.924)	(1.044)	-	(70.126)	(1.270)	(156.628)
Saldo contábil, líquido	45.595	-	6.008	2.555	228	5.302	1.565	113	642	173.275	1.433	236.716
Em 1 de janeiro de 2020												
Saldo Inicial	46.092	-	8.176	5.155	426	7.236	2.231	207	3.117	256.576	2.047	331.263
Adição	8.839	-	958	25	-	288	-	-	457	1.301	24	11.892
Baixa	(1.206)	-	(6)	(3)	(148)	(143)	-	-	-	(7.618)	-	(9.124)
Depreciação	(9.919)	-	(3.167)	(2.622)	(160)	(2.101)	(683)	(94)	-	(37.005)	(736)	(56.487)
Transferência	2.736	-	47	-	110	22	17	-	(2.932)	-	-	-
Remensuração (i)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	24.786	98	24.884
Impairment (ii)	(947)	-	-	-	-	-	-	-	-	(64.058)	-	(65.005)
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(707)	-	(707)
Em 31 de dezembro de 2020	45.595	-	6.008	2.555	228	5.302	1.565	113	642	173.275	1.433	236.716

FMU – Faculdades Metropolitanas Unidas Educacionais Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Ao longo de 2020 a Administração realizou a remensuração dos seus passivos de arrendamento e respectivos direitos de uso com base no índices de correção previstos em contrato (IGP-M em sua maioria) no montante total de R\$ 24.884. Adicionalmente, o montante de R\$ 4.469 de atualização monetária ocorrida no passivo de arrendamento (Nota 18.2) foi diretamente baixada como *impairment* em função de se referir a direito de uso previamente baixados contra o resultado do exercício.
- (ii) O montante de R\$ 65.005 se refere à baixa por *impairment* de direitos de uso na FMU que a Administração optou por abandonar os prédios sem a formalização do término antecipado dos contratos de arrendamento. Os termos dessa recisão são objeto de disputa judicial e a baixa dos passivos de arrendamento relacionados a este imóveis estão condicionados a um potencial acordo ou decisão judicial que ratifiquem a não obrigatoriedade por parte da FMU de pagamento dos aluguéis subsequentes às notificações de devolução dos imóveis feitas ainda em 2020.

Adicionalmente ao montante acima, a FMU incorreu em despesas de *impairment* no montante de R\$ 7.769, descritos na nota 26 (i).

FMU – Faculdades Metropolitanas Unidas Educacionais Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16

INTANGÍVEL

	Ágio na aquisição de controladas	Marcas e patentes	Arrendamento favorável	Carteira de alunos	Software	Credenciamento	Intangível em desenvolvimento	TOTAL
Em 31 de dezembro de 2019								
Custo	789.802	222.977	-	50.828	11.747	375	13.332	1.089.061
Depreciação acumulada	-	-	-	(50.828)	(8.093)	(125)	-	(59.046)
Saldo contábil, líquido	789.802	222.977	-	-	3.654	250	13.332	1.030.015
Em 01 de janeiro de 2019								
Saldo inicial	789.802	222.977	86.549	952	4.510	113	6.843	1.111.746
Adição	-	-	-	-	71	207	8.505	8.783
IFRS16	-	-	(86.330)	-	-	-	-	(86.330)
Baixa	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização	-	-	(319)	(952)	(3.207)	(81)	-	(4.559)
Transferência	-	-	100	-	2.280	11	(2.017)	374
Saldo contábil, líquido	789.802	222.977	-	-	3.654	250	13.331	1.030.014
Em 31 de dezembro de 2020								
Custo	674.251	222.977	-	50.828	12.305	477	244	961.082
Depreciação acumulada	-	-	-	(50.828)	(10.846)	(260)	-	(61.934)
Saldo contábil, líquido	674.251	222.977	-	-	1.459	217	244	899.148
Em 01 de janeiro de 2020								
Saldo Inicial	789.802	222.977	-	-	3.654	250	13.331	1.030.014
Adição	-	-	-	-	475	100	4.102	4.677
Amortização	-	-	-	-	(2.751)	(133)	-	(2.885)
Transferência	-	-	-	-	82	-	(82)	-
Impairment (i)	(115.552)	-	-	-	-	-	(17.107)	(132.658)
Em 31 de dezembro de 2020	674.250	222.977	-	-	1.460	217	244	899.148

FMU – Faculdades Metropolitanas Unidas Educacionais Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Em 31 de dezembro de 2020, o valor de R\$ 17.107 se refere à baixa por impairment do projeto E2G, que tinha como objetivo a padronização global de processos e sistemas relacionados à gestão acadêmica e financeira da relação com alunos das instituições participante da rede Laureate, através da implantação de um software global. Após reavaliação da estratégia global com relação a essa iniciativa, a Administração concluiu pela descontinuidade do projeto e conseqüente baixa contábil do intangível.

O montante de R\$ 115.552 se refere a baixa por impairment de parte do ágio e é descrito na Nota 16.1.1.

FMU – Faculdades Metropolitanas Unidas Educacionais Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16.1 Testes para verificação de *impairment* dos ágios e ativos intangíveis com vidas úteis indefinidas

16.1.1 Ágio e teste intermediário de *impairment* do ágio

No momento da aquisição do Grupo, o ágio foi alocado separadamente entre FMU, SCE e UESP, entretanto, até o momento da incorporação das controladas, o ágio foi monitorado como uma única UGC (UGC – FMU), uma vez que a administração gerenciava os resultados do Grupo como um único segmento operacional.

No primeiro semestre de 2020, a UGC FMU apresentou uma queda de receita de 14%. No entanto, parte dessa redução se referia ao diferimento de receita referente às aulas práticas que não haviam sido realizadas no primeiro semestre de 2020. Essas aulas haviam sido postergadas para o terceiro trimestre de 2020, tendo sido integralmente finalizadas em 31 de dezembro de 2020.

Mesmo considerando esse fato isolado, a receita da UGC FMU ainda sofreu queda de 11% no primeiro semestre de 2020 e, portanto, a Administração avaliou que, para essa UGC, seria necessário ajustar os resultados projetados, em 31 de dezembro de 2019 – data do último teste anual de *impairment*, de forma a confirmar que a UGC FMU não apresentava nenhum risco de perda de valor recuperável considerando seu desempenho até 30 de junho de 2020.

Como consequência, a Administração determinou a necessidade de registrar perdas por redução ao valor recuperável para a UGC FMU no valor de R\$ 115.552, registrado como “Perda de valor recuperável” no resultado de junho de 2020. Essa conclusão levou em consideração:

- Revisões da previsão de receita e fluxo de caixa livre para 31 de dezembro de 2020 com valores reais até julho de 2020, considerando os efeitos da pandemia da COVID-19, que apresentou redução em relação à projeção considerada no teste de perda de valor recuperável realizado em 31 de dezembro de 2019;
- Ajustes adicionais nas projeções de fluxo de caixa futuro (2021 a 2027), bem como nas taxas de crescimento, considerando os impactos também relacionados à pandemia;
- Revisão do cálculo da taxa de desconto decorrente da atualização da taxa livre de risco e da estrutura de capital, bem como dos custos da dívida externa incluindo os custos médios ponderados de capital. A taxa utilizada em 30 de junho de 2020 era de 12,0% (10,5% em 31 de dezembro de 2019).

16.1.2 Premissas para o teste anual de *impairment*

Anualmente, para avaliar o valor recuperável de cada UGC, a Administração faz uma avaliação do valor recuperável através do seu valor em uso (através de fluxos de caixa descontados). A análise do fluxo de caixa descontado se baseia em dados históricos e estimativas internas, que são desenvolvidas como parte do processo de planejamento de longo prazo do Grupo, e inclui uma estimativa do valor terminal com base nesses fluxos de caixa esperados, que deriva de uma avaliação usando uma premissa de renda perpétua com base nos fluxos de caixa residuais de cada unidade. Em 31 de dezembro de 2020, a Administração contratou especialistas externos para elaborar o modelo de avaliação se utilizando de premissas internas e ponderação com premissas externas de mercado para concluir pelo intervalo de valor justo da UGC.

A taxa de desconto é baseada na metodologia de Custo Médio Ponderado de Capital geralmente aceita, e é obtida usando um custo de capital com base no Modelo de Precificação de Bens de Capital geralmente aceito e um custo de dívida baseado na taxa típica paga pelos participantes do mercado.

As principais premissas usadas na estimativa do valor recuperável de cada unidade incluem: (1) as taxas de crescimento da receita e lucratividade e (2) a taxa de desconto.

FMU – Faculdades Metropolitanas Unidas Educacionais Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Esses cálculos foram feitos utilizando uma combinação do orçamento aprovado para o período de três anos mais previsões extrapoladas utilizando as taxas de crescimento estimadas abaixo.

No total, a administração utilizou a projeção de oito anos de fluxos de caixa com base no seu entendimento de que esse período reflete, de forma aproximada, a conclusão de dois ciclos médios de seus programas acadêmicos de graduação que representam a maior parte das fontes dos fluxos de caixa do Grupo.

As taxas de crescimento não excedem a taxa de crescimento média de longo prazo do setor de educação superior no qual o Grupo atua.

16.1.3 Teste anual de *impairment* realizado em 31 de dezembro de 2020

Em 31 de dezembro de 2020, a Administração procedeu com o teste anual de valor recuperável de todas as UGCs, considerando o desempenho atual do Grupo, juntamente com suas projeções de fluxo de caixa e outros indicadores de perda de valor recuperável.

A Administração não identificou necessidade de *impairment* adicional para o ágio da UGC FMU no teste anual realizado em 31 de dezembro de 2020.

Para a UGC FMU, as premissas-chave, a taxa de crescimento de longo prazo e a taxa de desconto utilizadas nos cálculos do valor justo menos custos de vendas da UGC FMU assim como o valor recuperável da UGC FMU, estão representados a seguir:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receita operacional líquida (% médio de crescimento anual)	4,0 – 5,3	5
Margem bruta (% de receita)	18,3 a 24,7	10,8 a 24,2
Taxa de crescimento da receita líquida ao término do período	3,5%	3,5%
Dispêndio médio anual para aquisição de imobilizado (“Capex”) (i)	R\$10.567	R\$23.375
Taxa de desconto - %	12,53	10,5
Valor justo líquido de despesa de alienação	R\$ 933.172	R\$ 1.223.977
Valor contábil da UGC	R\$ 821.288	R\$ 1.181.231
Excedente / (impairment) ao valor recuperável da UGC	R\$ 111.884	R\$ 42.746

- (i) A revisão do dispêndio médio anual de *Capex* se deve ao entendimento da Administração que os investimentos na aquisição de imobilizado se farão necessários quando da retomada de crescimento do *average enrollment* de alunos para a UGC. Os dispêndios atuais estimados da UGC se referem a *Capex* de manutenção do ativo imobilizado existente.

A receita operacional líquida tem como base a média anual da taxa de crescimento no período previsto de três anos para o volume de vendas e respectivo preço médio, os quais se baseiam no desempenho passado e nas expectativas da administração para o desenvolvimento do mercado e nas atuais tendências do setor, incluindo as previsões de inflação para o longo prazo.

A margem bruta é a margem média como uma porcentagem da receita no período previsto de cinco anos. Ela se baseia nos níveis atuais da margem de vendas e no mix de vendas, com ajustes efetuados para refletir os aumentos de preço futuros esperados para os principais custos do negócio.

A administração estimou os custos operacionais com base na estrutura atual dos negócios, ajustando-os aos aumentos inflacionários, e estes não refletem quaisquer reestruturações futuras ou medidas de economias de custo.

O dispêndio anual para aquisição de imobilizado diz respeito aos desembolsos de caixa esperados para melhoria das instalações e reposições de itens de tecnologia. Ele se baseia na

FMU – Faculdades Metropolitanas Unidas Educacionais Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

experiência histórica da administração da Empresa e no dispêndio planejado para a reforma pós-aquisição do negócio.

Nenhuma receita incremental ou economia de custo foi considerada no modelo de valor justo menos despesas com vendas como resultado desse dispêndio.

A taxa de desconto utilizada no teste anual de *impairment* foi após tributos (“taxa post-tax”). Para fins de divulgação e comparação conforme o CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos, estimamos a taxa antes de tributos (“taxa pre-tax”) como sendo 13,1%.

16.1.4 Análise de sensibilidade

Realizamos um teste de sensibilidade considerando as probabilidades de concretização de alguns cenários de estresse além do cenário da Administração divulgado acima. Foram consideradas duas potenciais distribuições entre cenários:

- Probabilidade igual para cada cenário – 33%;
- Probabilidade de 50% para o cenário da Administração e 25% para os cenários de estresse 1 e 2;

No primeiro cenário o valor justo identificado na UGC foi de R\$ 893.721, acima do valor contábil da UGC.

No segundo cenário, o valor justo identificado na UGC foi de R\$ 902.291, também acima do valor contábil da UGC.

Na determinação dos cenários de estresse 1 e 2, fora utilizadas variações nas vendas líquidas, correções com índices oficiais projetados e variações na margem EBITDA em função de dados comparáveis de mercado, considerando as empresas concorrentes do Grupo.

Adicionalmente, abaixo demonstramos os resultados da análise de cenários de estresse 1 e 2, e com ponderação de múltiplos de mercado, para fins de teste de sensibilidade:

	Cenário de estresse 1	Cenário de estresse 2	Cenário com múltiplos de mercado (i)
Valor justo da UGC	819.991	928.001	864.216
Valor contábil da UGC	821.288	821.288	821.288
Excedente / (impairment) ao valor recuperável da UGC	(1.297)	106.713	42.928

- (i) A análise de múltiplos de mercado utiliza múltiplos do valor da empresa para receitas, lucro operacional e lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização de empresas comparáveis de capital aberto e múltiplos com base em transações de valor justo quando houver informações disponíveis.

Conforme quadro acima, apenas no cenário de estresse 1, que considera ajustes nos fluxos de caixa em cenário considerado pessimista, o ágio da FMU estaria sujeito a baixa por *impairment* no valor de R\$ 1.297.

FMU – Faculdades Metropolitanas Unidas Educacionais Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

17.1 Composição

Circulante			2020	2019
Modalidade	Finalidade	Taxa anual de juros		
Empréstimos	Capital de giro	100% CDI + 3,70% a.a.	22.286	45.234
Empréstimos	Capital de giro	100% CDI + 0,28% a.a.	-	1.509
Custo financeiro diferido	Capital de giro		(432)	(1.726)
			21.854	45.017
Não circulante			2020	2019
Moeda nacional	Finalidade	Taxa anual de juros		
Empréstimos	Capital de giro	100% CDI + 3,70% a.a.	-	22.027
Custo financeiro diferido	Capital de giro		-	(432)
			-	21.595
			21.854	66.612

17.2 Movimentação

	2020	2019
Saldo em 1º de janeiro	66.612	108.508
Captações de empréstimos	8.000	31.000
Amortização dos custos dos empréstimos	1.726	1.727
Juros apropriados	3.457	8.895
Juros pagos	(4.389)	(9.964)
Pagamento de principal	(53.552)	(73.554)
Saldo em 31 de dezembro	21.854	66.612

17.3 Cláusulas contratuais restritivas (*covenants*)

O contrato de empréstimo (Cédula de Crédito Bancário (“CCB”)), com Banco Bradesco S.A. (“Bradesco”) e Banco BTG Pactual (“BTG”), possui cláusula que estabelece, ao final de cada exercício ou qualquer outra data de medição, que:

- O índice mínimo obtido pela razão entre o EBITDA ajustado e a despesa financeira líquida, definida como as despesas com juros acumulados durante o período de medição (líquida das receitas de juros), exceto juros incidentes sobre obrigações tributárias, reais e contingentes assumidos dos vendedores, acumulados, mas ainda não vencidos e por isso não pagos), seja superior a 2,85; e
- O índice obtido pela razão entre dívida líquida (dívida total da Empresa, sem limitação, dívida bancária, empréstimos entre sociedades relacionadas ou outra obrigação de pagamento assumida pela Empresa, subtraída de caixa e equivalentes de caixa) e o EBITDA ajustado deve ser inferior a 3,0.

Em 31 de dezembro de 2020, a Empresa cumpriu todas as cláusulas restritivas (*covenants*) determinadas no contrato.

Como garantia ao cumprimento dos contratos de empréstimos, foi celebrado o contrato de alienação fiduciária onde foram alienadas quotas da FMU que representam 75% do capital social dessas empresas, bem como todos os lucros distribuídos, pagamentos resultantes de qualquer redução de capital que possam ser distribuídos pelas empresas, juros sobre capital próprio e quaisquer outros rendimentos resultantes do resgate ou amortização das quotas ou qualquer

FMU – Faculdades Metropolitanas Unidas Educacionais Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

outra operação semelhante, a fim de garantir o cumprimento de certas obrigações garantidas de acordo com os termos do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Quotas e Contrato de Garantia.

18 PASSIVOS DE ARRENDAMENTO

Conforme detalhado na Nota 4.17 a Empresa adotou o IFRS16/CPC 06(R2), que estabelece critérios para registro de contratos de arrendamento, para os novos contratos e demais contratos não abrangidos pela norma anterior, em uma abordagem de transição simplificada, que consiste em não apresentar os saldos comparativos para o ano anterior.

Os prazos dos contratos são variados e alcançam até dez anos, em sua maioria, podendo ser renovados automaticamente por manifestação unilateral do locatário ao final do período, com pagamentos mensais e fixos sendo atualizados anualmente pelos índices Índice Nacional de Custo da Construção (“INCC”) ou IGP-M, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.

18.1 Composição

Circulante		Taxa anual	2020	2019
Modalidade	Finalidade	de juros		(Reapresentado)
Arrendamentos	Aquisição de imobilizado	10% à 12,81% a.a.	30.680	23.514
			30.680	23.514
Não circulante		Taxa anual	2020	2019
Modalidade	Finalidade	de juros		
Arrendamentos	Aquisição de imobilizado	10% à 12,81% a.a.	169.900	174.448
			169.900	174.448
			200.580	197.962

Os montantes têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	2020	2019
Circulante	30.680	23.514
Não Circulante		
Até 1 ano	16.245	34.936
De 2 à 5 anos	111.896	108.079
Mais de 5 anos	41.759	31.433
	169.900	174.448

18.2 Movimentação

	2020	2019
Saldo em 1º de janeiro	197.962	2.232
Adições novos arrendamentos	1.326	-
Adoção da norma	-	232.657
Juros apropriados	24.285	28.103
Juros pagos	(23.022)	(28.103)
Benefício variável COVID-19	(1.263)	-
Amortização leasing/pagamento	(19.926)	(24.254)
Remensuração	29.353	-
Outras movimentações (baixa)	(8.135)	(12.673)
Saldo em 31 de dezembro	200.580	197.962

FMU – Faculdades Metropolitanas Unidas Educacionais Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18.3 IFRS 16/CPC 06(R2) - "Addendum COVID-19 related rent concessions"

Em Maio de 2020, o IASB emitiu um addendum ao IFRS 16 /CPC 06 (R2) onde dispõe sobre um expediente prático para que arrendatários não precisem avaliar modificações em seus contratos de lease quando esses puderem ser diretamente relacionados a descontos e modificações em função da pandemia do COVID-19. Dentro de determinados critérios informados pelo IASB, o arrendatário pode contabilizar concessões de arrendamentos como se não fossem mudanças nos contratos de arrendamento, mas, pagamentos variáveis de leases.

Nesse contexto, a Empresa revisou seus contratos com os arrendadores (IFRS 16) e, dentro dos limites das renegociações, após confirmar que se tratavam de contratos dentro do escopo do addendum, realizou as modificações necessárias. Como resultado, o Empresa em 31 de dezembro de 2020 registrou no resultado financeiro (Nota 27), no resultado do exercício, um montante de R\$ 1.263 que se refere ao total de descontos e concessões dos aditivos já assinados com os arrendadores.

19 SALÁRIOS E ENCARGOS

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Salários a pagar	-	39
Provisão de férias e encargos	5.675	5.788
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	4.069	4.514
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)	2.349	774
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre salários	849	1.332
Participação nos lucros e bônus	803	262
Provisão para dissídio	3.839	279
Provisão para rescisões (Nota 1.1.1)	-	99
Outros	2.106	819
	<u>19.690</u>	<u>13.906</u>

20 RECEBIMENTOS ANTECIPADOS

A rubrica de recebimentos antecipados compreende: (i) as matrículas e mensalidades do exercício seguinte, recebidas antecipadamente ao fim dos exercícios de 2019, que serão reconhecidas no resultado de acordo com o regime contábil de competência; (ii) reembolsos diversos a alunos; e (iii) saldo de receitas diferidas de graduação e/ou pós-graduação ainda não reconhecida no resultado.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Mensalidades antecipadas	5.810	7.501
Outras receitas diferidas	27	395
Reembolso a alunos	4.769	2.927
	<u>10.606</u>	<u>10.823</u>

21 PARCELAMENTOS FISCAIS

21.1 Composição

	<u>2020</u>		<u>2019</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
PERT (i)	2.657	21.481	2.252	20.214
IPTU (ii)	3.404	6.190	4.420	9.319
Outros	3.845	2.948	3.929	6.821
	<u>9.906</u>	<u>30.619</u>	<u>10.601</u>	<u>36.354</u>

FMU – Faculdades Metropolitanas Unidas Educacionais Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Programa Especial de Regularização Tributária (“PERT”)

Em agosto de 2017, a Empresa aderiu ao PERT, instituído pela Medida Provisória nº 783/2017 e convertida na Lei nº 13.496/2017, migrando para o PERT, principalmente, os débitos ordinários previdenciários anteriormente incluídos no “REFIS4”, visando a utilização dos benefícios fiscais incluídos nesse novo programa, além de outros débitos.

As modalidades de pagamento do total dos débitos incluídos no PERT foram selecionadas pela “FMU” conforme a seguir:

- “Outros débitos” e “Débitos Previdenciários”: (i) 20% à vista em 5 parcelas vincendas entre agosto a dezembro de 2017; e (ii) 80% em parcela única quitada com a utilização de Prejuízo Fiscal próprio, sem benefício de desconto de juros e multas.

- “Débitos Inscritos na Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (“PGFN”): não sendo permitida a utilização de Prejuízos Fiscais, a modalidade de parcelamento escolhida foi de 120 parcelas com redução de 50% nas multas, 80% nos juros e de 100% nos encargos legais.

No decorrer do ano de 2018 todas as modalidades acima foram consolidadas, restando apenas o parcelamento que temos referente à PGFN.

(ii) Imposto Predial Territorial Urbano (“IPTU”)

O parcelamento dos valores de IPTU não recolhidos é referente aos anos de 2011 à 2015 e está constituído em até 120 parcelas mensais, restando, em 31 de dezembro de 2020, 49 parcelas a serem pagas. O saldo a pagar do parcelamento é corrigido mensalmente pela variação da taxa SELIC.

21.2 Movimentação

Saldo em 1 de janeiro de 2019	56.337
Pagamento de principal	(10.989)
Juros sobre parcelamento	1.607
Saldo em 31 de dezembro de 2019	46.955
Pagamento de principal	(10.083)
Juros sobre parcelamento	4.506
Outros	(853)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	40.525

FMU – Faculdades Metropolitanas Unidas Educacionais Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22 PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

22.1 Contingências, líquidas dos correspondentes depósitos judiciais

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Não circulante		
Contingências tributárias (i)	152.568	132.740
Contingências trabalhistas	8.323	9.462
Contingências cíveis	16.769	11.786
	<u>177.660</u>	<u>153.988</u>
(-) Depósitos judiciais	<u>(3.031)</u>	<u>(2.243)</u>
	<u>174.629</u>	<u>151.745</u>
(-) Ativos de indenização (Nota 22.4)	(170.430)	(149.376)
	<u>4.199</u>	<u>2.369</u>

(i) Aumento, principalmente, referente a recálculos de processos tributários, indenizáveis por antigos vendedores, na esfera previdenciária.

22.2 Movimentação

	<u>Tributárias (i)</u>	<u>Trabalhistas (ii)</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2020	132.740	9.462	11.786	153.988
Adição / provisão	29.922	1.337	7.606	38.865
Reversão (i)	(35.480)	-	(21)	(35.501)
Baixa por pagamento/acordo/depósitos	-	(2.476)	(2.766)	(5.242)
Atualização	25.386	-	164	25.550
	<u>152.568</u>	<u>8.323</u>	<u>16.769</u>	<u>177.660</u>
(-) Depósitos judiciais	-	(1.125)	(1.906)	(3.031)
	<u>152.568</u>	<u>7.198</u>	<u>14.863</u>	<u>174.629</u>

	<u>Tributárias</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2019	147.761	9.945	11.579	169.285
Adição / provisão	6.339	1.017	2.362	9.718
Reversão (i)	(23.436)	(37)	(233)	(23.706)
Baixa por pagamento/acordo/depósitos	-	(2.850)	(2.465)	(5.315)
Atualização	2.076	1.387	543	4.006
	<u>132.740</u>	<u>9.462</u>	<u>11.786</u>	<u>153.988</u>
(-) Depósitos judiciais	-	(541)	(1.702)	(2.243)
	<u>132.740</u>	<u>8.921</u>	<u>10.084</u>	<u>151.745</u>

(i) A reversão das contingências tributárias deve-se, principalmente, pela decadência e recálculos/remensuração das contingências municipais relacionadas com tributos sobre receitas.

FMU – Faculdades Metropolitanas Unidas Educacionais Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22.3 Natureza das provisões

A Empresa é parte envolvida em processos judiciais e está exposta a riscos de contingências nas áreas tributária, trabalhista e cível. Os processos judiciais em andamento estão sendo discutidos tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos e riscos de contingências são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela avaliação de seus consultores legais externos.

A natureza das obrigações pode ser sumarizada como segue:

- a) **Contingências tributárias** – Refere-se, principalmente, às contingências tributárias federais e municipais relacionadas com tributos sobre receita e operações financeiras, no montante de R\$ 152.568 (em 2019, R\$ 132.740 Caso tornem-se efetivamente devidas, e caso sejam referentes ao período anterior a aquisição, serão contratualmente indenizadas pelos vendedores (Nota 22.1).
- b) **Contingências trabalhistas** – As contingências trabalhistas compreendem questionamentos de ex-empregados vinculados às disputas sobre montantes de compensação pagos pela Empresa. Caso tornem-se efetivamente devidas, e caso sejam referentes ao período anterior a aquisição, serão contratualmente indenizadas pelos vendedores.
- c) **Contingências cíveis** – As contingências cíveis estão relacionadas a ações judiciais movidas contra a Empresa relativas, em sua maioria, a pedidos de indenização por danos materiais e morais, cobranças indevidas, demora na expedição de diplomas, não devolução de taxas de matrículas de cursos de férias, entre outros problemas de caráter operacional e/ou acadêmico.

22.4 Ativos de indenização

Nos contratos de aquisição da empresa FMU pelo Grupo Laureate, os vendedores concordaram, contratualmente, em indenizar a Empresa por valores que eventualmente possam vir a ser pagos em relação a passivos que permanecem sob a responsabilidade dos vendedores.

A composição dos passivos provisionados na rubrica “Provisão para contingências” e os respectivos ativos de indenização registrados no ativo não circulante estão demonstradas a seguir:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Passivo de contingências	170.430	149.376
(-) Ativos de indenização	<u>(177.123)</u>	<u>(156.069)</u>
	<u>(6.693)</u>	<u>(6.693)</u>

O saldo residual de R\$ 6.693 refere-se a parcelamentos fiscais indenizáveis registrados no período da aquisição da FMU.

Parte significativa dos ativos de indenização tiveram origem na aquisição da FMU e serão reembolsados pelos vendedores se, e quando, as contingências se tornarem devidas. Na hipótese de não serem reembolsados os valores serão deduzidos dos valores de aluguel de imóveis que forem devidos aos vendedores ou mensalidades a receber anteriores à data de 12 de setembro de 2014, data de aquisição da FMU. Em 2020, o aumento identificado se refere, principalmente, a remensurações dos processos relativos a ISS originados antes da aquisição da FMU pela Rede.

FMU – Faculdades Metropolitanas Unidas Educacionais Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22.5 Perdas possíveis não provisionadas no balanço

A Empresa tem ações de natureza cível, trabalhista e tributária, envolvendo riscos de perda classificados como possíveis, com base na avaliação consultores jurídicos externos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

Contingências	2020	2019
Tributárias (i)	22.829	7.356
Trabalhistas	23.197	14.720
Cíveis	6.691	13.664
	<u>52.717</u>	<u>35.740</u>

(i) Aumento, principalmente, referente a novos processos previdenciários (INSS).

22.6 Reembolso a receber de antigos proprietários

O montante de R\$ 108.548 (2019 – R\$ 108.140) no ativo circulante e não circulante se refere substancialmente a gastos incorridos pela Empresa, que são contratualmente reembolsáveis pelos vendedores, com a finalidade de colocar os *Campi* (edificações) operando de acordo com todos os códigos e requerimentos regulatórios aplicáveis, bem como, outros recebíveis relacionados a ativos indenizáveis realizados.

Em 31 de dezembro de 2020 a Administração contratou especialistas externos com o objetivo de revisar os gastos registrados na rubrica e confirmar o direito da Empresa ao reembolso desses valores. Como resultado, a Administração decidiu ajustar o valor recuperável deste recebível, reconhecendo uma perda de aproximadamente R\$ 5.500 no resultado. Adicionalmente o montante de R\$ 7.000 foi reclassificado para o Imobilizado, considerando que se tratam de gastos com benfeitorias e outros gastos com ativo permanente que estão dentro do curso normal das operações do Grupo.

O montante registrado no ativo em 31 dezembro de 2020, relacionado a esses gastos da Empresa, está em discussão em processo de arbitragem e a Administração considera que esses montantes são realizáveis.

23 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO

23.1 Imposto de renda e contribuição social a recuperar - corrente

	2020	2019
Ativo circulante		
Imposto de renda	1.294	1.266
Contribuição social	345	326
	<u>1.639</u>	<u>1.592</u>

FMU – Faculdades Metropolitanas Unidas Educacionais Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23.2 Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e contribuição social	(232.163)	(18.585)
Alíquota combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	<u>78.935</u>	<u>6.319</u>
Diferenças permanentes		
Despesas não dedutíveis	(941)	(1.066)
Outras diferenças permanentes	<u>(89)</u>	<u>-</u>
	(852)	(1.066)
Ajustes fiscais		
Provisão contingências IRPJ/CSLL	-	3.298
Recuperação de exercícios anteriores (i)	73.457	-
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias não reconhecidos (ii)	(199.754)	-
Outros	<u>150</u>	<u>(2.626)</u>
	(126.147)	672
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(48.064)	5.925
IRPJ e CSLL correntes	-	536
IRPJ e CSLL diferidos	<u>(48.064)</u>	<u>5.389</u>
	(48.064)	5.925
Recomposição da taxa do IRPJ e CSLL corrente	21%	31%

- (i) Durante o exercício de 2020, a Empresa revisou suas obrigações acessórias (Escrituração contábil fiscal – ECF) de anos anteriores, registrando recuperação de créditos no montante de R\$ 73.457 de imposto de renda e contribuição social;
- (ii) A Empresa acumulou prejuízos fiscais e diferenças temporárias a compensar para os quais não foi reconhecido um ativo fiscal diferido, mas que estão disponíveis indefinidamente para compensação com lucros tributáveis futuros. Impostos diferidos ativos não foram reconhecidos com relação a esses prejuízos fiscais, uma vez que não podem ser utilizados para compensar lucros tributáveis, e não há outra evidência de recuperabilidade no futuro próximo.

23.3 Tributos diferidos

Considerando as projeções de geração de lucros tributáveis para os próximos exercícios, foi reconhecido contabilmente o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos nos montantes abaixo elencados:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Ativo não circulante		
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	-	8.758
Ativo de imposto diferido a ser recuperado após 12 meses	<u>134.522</u>	<u>225.403</u>
	134.522	234.161
Passivo não circulante		
Passivo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	-	29.427
Passivo de imposto diferido a ser recuperado acima de 12 meses	<u>299.022</u>	<u>321.170</u>
Ativo de imposto diferido, líquido	299.022	350.597
Ativo de imposto diferido, líquido	-	6.440
Passivo de imposto diferido, líquido	<u>164.500</u>	<u>122.876</u>
Passivo diferido, líquido	(164.500)	(116.436)

A Empresa espera realizar esses montantes ao longo dos próximos cinco anos.

FMU – Faculdades Metropolitanas Unidas Educacionais Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação a seguir está sendo apresentada líquida:

	<u>Amortização do Ágio</u>	<u>Provisão para crédito de liquidação duvidosa</u>	<u>Diferenças Temporárias</u>	<u>Arrendamento mercantil</u>	<u>Prejuízos fiscais</u>	<u>Valuation Allowance (Provisão para não recuperabilidade dos ativos)</u>	<u>Total</u>
Imposto diferido							
Em 1º de janeiro de 2019	(69.312)	4.868	(81.626)	(29.286)	53.614	-	(121.741)
Creditado (debitado) à demonstração do resultado	(44.650)	(792)	2.026	6.613	42.108	-	5.305
Em 31 de dezembro 2019	(113.962)	4.076	(79.600)	(22.673)	95.722	-	(116.436)
Creditado (debitado) à demonstração do resultado	(44.649)	(2.329)	59.585	4.721	134.363	(199.754)	(48.064)
Em 31 de dezembro 2020	(158.611)	1.747	(20.015)	(17.952)	230.085	(199.754)	(164.500)
Ativo	-	1.747	102.444	-	230.085	(199.754)	134.522
Passivo	(158.611)	-	(122.459)	(17.952)	-	-	299.022
Ativo (passivo), líquido	(158.611)	1.747	(20.015)	(17.952)	230.085	(199.754)	(164.500)

23.4 Incentivos fiscais - PROUNI

O Programa Universidade para Todos (PROUNI) foi criado em 2004 por meio da MP nº 213/2004 e Lei nº 11.096/2005. O objetivo desse programa é oferecer bolsas de estudos a estudantes de cursos de graduação e cursos específicos em instituições privadas de educação superior.

Segundo o artigo 8º da Lei nº 11.096/2005, a instituição que aderir ao PROUNI ficará isenta dos seguintes impostos e contribuições no período de vigência do termo de participação:

- (i) Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas;
- (ii) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido;
- (iii) Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social; e
- (iv) Contribuição para o Programa de Integração Social.

A isenção recairá sobre o lucro em relação ao IRPJ e à CSLL, e sobre a receita auferida quanto ao PIS e à COFINS.

O IRPJ e CSLL foram apurados considerando os critérios estabelecidos pela Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil, especificamente aplicável ao PROUNI e apurado considerando o lucro da exploração das atividades isentas.

As seguintes condições mencionadas foram atendidas para que as subvenções pudessem ser reconhecidas contabilmente:

- Aderir ao PROUNI mediante assinatura do Termo de Adesão;
- Oferecer vagas conforme o número de bolsas estabelecidos pelo Termo de Adesão;
- Preencher as bolsas oferecidas conforme a política de restrição e seleção estabelecidas pela regulamentação do PROUNI.

Em junho de 2011, a Medida Provisória nº 517/10, convertida na Lei nº 12.431/11, acrescentou novo dispositivo a Lei nº 11.096/05 que regulamenta o PROUNI.

Segundo o novo parágrafo, incluído no artigo 8º da Lei do PROUNI, que trata das isenções tributárias as quais as entidades que aderiram ao programa estão sujeitas, o referido benefício será calculado na proporção da ocupação efetiva das bolsas devidas pela instituição.

De acordo com o texto legal, o novo parágrafo passou a produzir efeitos a partir da data de publicação Lei nº 12.431/11, no caso, 24 de junho de 2011.

Vale ressaltar que não houve, até o encerramento do ano de 2019, qualquer regulamentação acerca da forma de avaliação do cumprimento da referida exigência legal, bem como dos seus efeitos tributários.

A Empresa elaborou cálculos no intuito de comprovar a adequação das instituições ao requisito legal sendo consenso da administração da Empresa o direito a utilização de 100% do benefício em relação ao ano-calendário 2020.

FMU – Faculdades Metropolitanas Unidas Educacionais Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

24.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social totalmente subscrito e integralizado da Empresa é de R\$1.468.835.380 (um bilhão, quatrocentos e sessenta e oito milhões, oitocentos e trinta e cinco mil e trezentos e oitenta), dividido em 1.468.835.380 quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma.

Quotistas	2020		2019	
	Quotas	%	Quotas	%
Rede Internacional de Universidades Laureate Ltda.	1.468.835.380	99,99%	1.468.835.380	99,99%
ISCP	2	0,01%	2	0,01%
	1.468.835.382	100%	1.468.835.382	100%

24.2 Distribuição de lucros

Os lucros correspondentes a cada exercício social terão o destino determinado pelos quotistas representantes da maioria do capital social, observadas as proporções de cada quotista no capital social. Nenhum quotista terá qualquer direito de receber lucros antes da determinação acima prevista.

24.3 Adiantamento para futuro aumento de capital

Durante o exercício de 2020, a Empresa recebeu R\$ 33.431 da sua controladora à título de adiantamento para futuro aumento de capital, que será integralizado quando da finalização dos documentos de aportes correspondentes.

25 RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS

	2020	2019
Vendas brutas de serviços (i)	773.254	816.103
Impostos sobre vendas	(10.142)	(11.335)
Descontos e abatimentos	(111.123)	(96.951)
Bolsas de estudo graduação e pós graduação	(282.235)	(264.107)
Receita líquida	369.754	443.710

(i) A receita de venda de serviços é 100% reconhecida ao longo do tempo.

FMU – Faculdades Metropolitanas Unidas Educacionais Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26 CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Salários e encargos sociais	(125.182)	(181.217)
Aluguel e condomínio	(17.215)	(10.810)
Manutenção e reparo	(6.722)	(7.623)
Serviços prestados por terceiros	(70.414)	(74.211)
Publicidade e propaganda	(29.788)	(23.322)
Depreciação	(19.314)	(17.165)
Amortização	(2.887)	(4.559)
Amortização direito de uso	(37.469)	(43.437)
Amortização de ativo de contrato	(1.058)	(583)
Contas de consumo	(12.965)	(16.419)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(21.983)	(23.062)
Provisão para contingências	4.318	16.005
Constituição (reversão) ativos de indenização	17.030	(18.346)
Perda com ativo imobilizado	(486)	(893)
Perda com ativo de arrendamento	-	(154)
Perda por <i>impairment</i> (i)	(205.433)	-
Outras despesas	(15.714)	(8.859)
	<u>(545.282)</u>	<u>(414.655)</u>
Custos dos serviços prestados	(141.903)	(176.695)
Despesas administrativas	(190.133)	(236.650)
Perda por redução ao valor recuperável (impairment)	(205.433)	-
Outras despesas, líquidas	(7.816)	(1.310)
	<u>(545.285)</u>	<u>(414.655)</u>

- (i) Refere-se substancialmente às baixas por *impairment* divulgadas nas notas 15 e 16. O valor remanescente de R\$ 7.769 refere-se a (i) gastos com benfeitorias que vinham sendo cobradas dos vendedores no âmbito da arbitragem, mas que foram baixados em função da devolução antecipada dos imóveis e (ii) remensuração anual do direito de uso de prédios que já haviam sofrido *impairment* no direito de uso da FMU, e esses valores não transitaram pelo ativo imobilizado.

27 RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Despesas financeiras		
Juros passivos s/ mútuos c/ partes relacionadas	(1.260)	(1.260)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(3.457)	(8.895)
Juros passivos	(634)	(1.421)
Juros sobre parcelamento	(4.122)	(1.607)
Despesas com IOF	(49)	(134)
Comissões bancárias	(2.524)	(1.924)
Encargos financeiros com arrendamentos	(23.022)	(28.103)
Reversão de atualização sobre contingências	(23.966)	(4.006)
Amortização de custo de empréstimos	(1.726)	(1.726)
Outras despesas	(3.876)	(472)
	<u>(64.636)</u>	<u>(49.548)</u>
Receitas financeiras		
Juros sobre mensalidade	894	1.454
Outras receitas financeiras	7.110	454
	<u>8.004</u>	<u>1.908</u>
	<u>(56.632)</u>	<u>(47.640)</u>

FMU – Faculdades Metropolitanas Unidas Educacionais Ltda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

28 COBERTURA DE SEGUROS

O Grupo Laureate possui política de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas pela REDE para todas as empresas do Grupo Laureate, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

O montante global das principais apólices de seguro contratadas pelo Grupo Laureate são:

Ramos	Importância segurada
Danos materiais e lucros cessantes	555.556
Responsabilidade cível	8.389

29 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Atividades de investimento e financiamento que não envolveram caixa:

	2020	2019
Aquisição de imobilizado	1.326	-
Arrendamento	(1.326)	-
Baixa de direito de uso	(7.618)	(10.075)
Baixa de arrendamento	7.618	10.075
	<u>-</u>	<u>-</u>

30 EVENTOS SUBSEQUENTES

30.1 Liquidação antecipada de empréstimos

Em 1 de fevereiro de 2021 a Empresa antecipou a liquidação de empréstimos e financiamentos que mantinha com os bancos Bradesco e BTG. O montante de R\$ 21.854 foi integralmente liquidado.

30.2 Integralização de adiantamento para futuro aumento de capital

Em 18 de janeiro de 2021 a Empresa teve integralizado no seu capital social o montante de R\$53.835 anteriormente classificado com adiantamento para futuro aumento de capital.